

FACULDADE SANTA RITA – FASAR

Curso de Geografia

**ANÁLISE DO CRESCIMENTO URBANO DA CIDADE DE
CONSELHEIRO LAFAIETE A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

Cleusa Batista da Rocha
Gilsomar Sebastião Batista
Jonas Condé dos Santos
Leonardo Daniel Costa Silva
Thalita Cristiane Barros Amorim

Conselheiro Lafaiete – MG
2010

Cleusa Batista da Rocha
Gilsomar Sebastião Batista
Jonas Condé dos Santos
Leonardo Daniel Costa Silva
Thalita Cristiane Barros Amorim

ANÁLISE DO CRESCIMENTO URBANO DA CIDADE DE CONSELHEIRO LAFAIETE A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca examinadora do curso de Geografia da
Faculdade Santa Rita – FaSaR, como requisito
parcial para obtenção dos títulos de bacharel e
licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Pablo Menezes e Oliveira

Conselheiro Lafaiete – MG
Novembro de 2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cleusa Batista da Rocha, Gilsomar Sebastião Batista, Jonas Condé dos Santos, Leonardo Daniel Costa Silva e Thalita Cristiane Barros Amorim.

Análise do crescimento urbano da cidade de Conselheiro Lafaiete a partir da década de 1990.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora do
curso de Geografia da Faculdade Santa
Rita – FaSaR.

Conselheiro Lafaiete – MG, 2010

DATA DE APROVAÇÃO: 19/11/2010.

Orientador: _____
Pablo Menezes e Oliveira

2ª Examinadora: _____
Renata Marques dos Santos

3ª Examinadora: _____
Cláudia Mércia Valadares

AGRADECIMENTO

A todas as pessoas que contribuíram para a realização do trabalho, particularmente aos professores Pablo Menezes e Oliveira e Rodrigo Ribas, orientadores do mesmo, bem como ao amigo Alex Rafael Coelho, companheiro no início desta pesquisa.

Para o geógrafo, a cidade é uma unidade de análise consistindo em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço. A cidade pode ser distinguida de outras formas de assentamento, em termos de densidade de concentração desses atributos.

David Clark

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aglomerados urbanos próximos à usina siderúrgica Açominas (1979)	51
Figura 2: Aglomerados urbanos próximos à usina siderúrgica Gerdau Açominas (2006).....	52
Figura 3: Mancha urbana de Conselheiro Lafaiete, 2006.....	83
Figura 4: Conselheiro Lafaiete, 2006, Bairro Amaro Ribeiro e adjacências ...	83
Figura 5: Conselheiro Lafaiete, 2010: porção sul, região do bairro Amaro Ribeiro	84
Figura 6: Conselheiro Lafaiete, 2006: Bairros Nossa Senhora da Guia, São Jorge e Bom Pastor.....	85
Figura 7: Conselheiro Lafaiete, 2010: Bairro Bom Pastor	86
Figura 8: Conselheiro Lafaiete, 2006: Bairros Topázio e São Dimas	87
Figura 9: Conselheiro Lafaiete, 2006: Região da Barreira	88
Figura 10: Conselheiro Lafaiete, 2006 – Região dos Moinhos.....	89
Figura 11: Conselheiro Lafaiete, 2006 – Bairros Gigante e adjacências	90
Figura 12: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Bairro Novo Horizonte, o mais novo loteamento da cidade, aberto em 2010	91
Figura 13: Conselheiro Lafaiete, 2006 – Bairro Morada do Sol.....	92
Figura 14: Conselheiro Lafaiete, 2006 – Área do bairro Santo Agostinho.....	93
Figura 15: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Vista parcial do bairro Santo Agostinho (1).....	94
Figura 16: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Vista parcial do bairro Santo Agostinho (2).....	94
Figura 17: Conselheiro Lafaiete, 2006 – Áreas do bairro Funcionários.....	95
Figura 18: Conselheiro Lafaiete, 2010: Vista parcial do bairro Funcionários .	96
Figura 19: Conselheiro Lafaiete, 2010: Atividade erosiva no bairro Funcionários	96

Figura 20: Conselheiro Lafaiete, 2010: Vista parcial do bairro Alto Espanhol	97
Figura 21: Conselheiro Lafaiete, 2010: Ocupação do bairro Alto Espanhol ...	97
Figura 22: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Verticalização das construções no centro da cidade, Avenida Telésforo Cândido de Rezende.	98
Figura 23: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Verticalização das construções no centro da cidade, Rua Desembargador Dayrell de Lima	99
Figura 24: Conselheiro Lafaiete, 2007 – Parte do centro da cidade (1)	100
Figura 25: Conselheiro Lafaiete, 2007 – Parte do centro da cidade (2)	100
Figura 26: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Vista parcial do centro	101
Figura 27: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Subcentro Chapada (1)	103
Figura 28: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Subcentro Chapada (2)	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distinções entre as sociedades pré-industrial e urbano-industrial	38
Tabela 2: Cronologia das vilas criadas na capitania das Minas Gerais no século XVIII	43
Tabela 3: Taxa de crescimento médio anual da população total e urbana – 1980-2000	55
Tabela 4: População total por município e grupo de idade, 2000.....	60
Tabela 5: Indicadores da educação por ano – Conselheiro Lafaiete.....	63
Tabela 6: Pessoas freqüentando instituições de ensino no Município de Conselheiro Lafaiete – 2000.....	64
Tabela 7: Indicadores de renda – Conselheiro Lafaiete, 1991 e 2000	66
Tabela 8: Receita, população e renda dos municípios componentes da AMALPA, 2008.....	67
Tabela 9: Perfil do emprego formal – Conselheiro Lafaiete, janeiro de 2003 a setembro de 2010	73
Tabela 10: População total e População Economicamente Ativa, Conselheiro Lafaiete, 2000.....	75
Tabela 11: População que trabalha ou estuda fora do município de residência, CODAP* e Entorno **, 2000	77
Tabela 12:Poluição sonora na região central de Conselheiro Lafaiete, 2008	104
Tabela 13: Investimentos da região do CODAP.....	108
Tabela 14: Projeções populacionais por ano e por município	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População urbana por Município e por ano	53
Gráfico 2: População total e urbana por Município e por ano	55
Gráfico 3: Conselheiro Lafaiete, população total por ano.....	56
Gráfico 4: Percentual de pessoas não naturais da Unidade da Federação, residentes na Microrregião de Conselheiro Lafaiete, por Município e período em que se deu a migração.....	58
Gráfico 5: Pirâmide etária estimada - Conselheiro Lafaiete, 2007	61
Gráfico 6: Pirâmide etária estimada - Conselheiro Lafaiete, 2009	61
Gráfico 7: Perfil da população segundo níveis de instrução, por Município e por ano	62
Gráfico 8: Receita corrente em R\$ (reais), por Município, 2008.....	69
Gráfico 9: Receita <i>per capita</i> anual em R\$ (reais), por Município, 2008 ..	69
Gráfico 10: Receita <i>per capita</i> mensal em R\$ (reais), por Município, 2008 ..	70
Gráfico 11: Porcentagem do total de trabalhadores, por setor, ano e município	71
Gráfico 12: Porcentagem do total de trabalhadores, por setor e por ano – Conselheiro Lafaiete	72
Gráfico 13: Percentual de trabalhadores com e sem Carteira de Trabalho assinada, Conselheiro Lafaiete, 2000	74
Gráfico 14: Classes do rendimento nominal mensal médio <i>per capita</i> , da famílias residentes em domicílios particulares, Conselheiro Lafaiete, 2000	75
Gráfico 15: Porcentagem da população que trabalha ou estuda fora do município de residência, por grupos de anos de estudo e por município, 2000	78
Gráfico 16: Porcentagem da população que trabalha ou estuda fora do município de residência, por grupos de anos de idade e por município, 2000	79

Gráfico 17: Porcentagem da população que trabalha ou estuda fora do município de residência, por classes de salário mínimo individual mensal, por município, 2000	80
Gráfico 18: Porcentagem da população que trabalha ou estuda fora do município de residência, por sexo e por município, 2000.....	80
Gráfico 19: Conselheiro Lafaiete, projeções demográficas por ano	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Saldos migratórios das cidades médias de Minas Gerais – 1986/1991	35
Mapa 2: Saldos migratórios das cidades médias de MG – 1995/2000.....	36
Mapa 3: Movimentos Pendulares: 201 a 500 pessoas, destino nas cidades médias de Minas Gerais – ano 2000.....	36
Mapa 4: Movimentos Pendulares: 2501 a 4890 pessoas, destino nas cidades médias de Minas Gerais – ano 2000.....	37
Mapa 5: Principais caminhos nas Minas Gerais, século XVIII.....	45
Mapa 6: Caminhos na região central das Minas Gerais, século XVIII.....	46
Mapa 7: Conselheiro Lafaiete, localização geográfica	49
Mapa 8: Conselheiro Lafaiete: formação de subcentros – São João	102
Mapa 9: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Formação de subcentros: Chapada.	102
Mapa 10: Conselheiro Lafaiete, 2010 – Região central.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

PROBLEMA..... **15**

JUSTIFICATIVA..... **16**

OBJETIVOS..... **17**

METODOLOGIA **18**

A CIDADE: CONCEITUAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS **19**

As cidades médias 27

Cidades médias em Minas Gerais..... 31

Urbanização e crescimento urbano..... 38

BREVE HISTÓRICO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Das Minas do ouro às Minas siderúrgicas: Conselheiro Lafaiete, um caso a parte 42

Conselheiro Lafaiete: localização e caracterização só a ótica da geografia física
48

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA: TRAÇANDO O PERFIL DA POPULAÇÃO

Demografia, urbanização e crescimento urbano: projeções e realidade	50
Educação	61
Trabalho e renda	65
Perfil da população pendular.....	76

UMA ANÁLISE SOBRE FORMA E ESTRUTURA URBANAS .. 82

PERSPECTIVAS FUTURAS: PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS.....	108
---	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO	111
---	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
---	------------

INTRODUÇÃO

A cidade é, com certeza, um intrigante objeto de estudo, nela são mais intensas as relações dos homens entre si e deles com o meio. E a Geografia busca entender o fenômeno urbano sob a ótica da espacialidade, conhecendo os processos e fatores que desencadeiam tal fenômeno e as consequências dele sob a população.

É necessário acoplar à Geografia conhecimentos caros a outras ciências em vista da produção de uma fortuna intelectual mais consistente, que abarque uma quantidade maior de informações e que, em resumo, consiga explicar mais claramente tudo aquilo de que a cidade é o lócus privilegiado.

Na presente pesquisa propõe-se a analisar particularmente o crescimento urbano da cidade de Conselheiro Lafaiete, tomando como recorte temporal o início da década de 1990 até os dias atuais, identificando possíveis causas desse fenômeno e suas consequências sobre o que a Geografia tecnicamente chama de forma e estrutura urbanas, ou seja, o arranjo espacial e os equipamentos que a cidade deve oferecer a seus habitantes.

Evidentemente, não se pretende aqui abarcar todos os fenômenos e processos intra-urbanos, atrelando-os à cidade de análise, mas apenas o exposto no parágrafo anterior, uma vez que a dinâmica urbana é vastíssima.

Desse modo, o que as páginas seguintes se propõem a estudar são questões como a ocupação do espaço urbano, a caracterização demográfica e econômica, ainda que sucinta, e adequação do espaço urbano ao desenvolvimento econômico; tudo isso perpassando pelo planejamento urbano, na tentativa de ordenar o funcionamento adequado e organizado de tudo aquilo que a cidade oferece, ou deve oferecer, a seus habitantes.

A primeira parte do trabalho consiste num referencial teórico, abordando temas caros à Geografia Urbana, a fim de dar embasamento consistente ao que se discutira nos capítulos seguintes. A seguir uma breve caracterização histórica e geográfica física da cidade em estudo.

A partir daí começam as análises dos indicadores sociais, demográficos e econômicos de Conselheiro Lafaiete, afim de traçar o perfil da população lafaietense ao longo dos 20 entre o início e término do período de análise. Tais dados embasam o estudo da forma e da estrutura urbana, segundo os conceitos da Geografia, aplicados à cidade analisada.

Por fim expõem-se um cenário demográfico e econômico previsto para a microrregião para os próximos 10 anos, com base na dinâmica sócio-econômica e demográfica recente, nas perspectivas de projetos futuros, e no conhecimento das potencialidades e limitações da região considerada.

PROBLEMA

Quais as mudanças verificadas no espaço urbano de Conselheiro Lafaiete – MG, a partir da década de 90, quais suas causas e seus impactos sobre a forma e a estrutura urbana?

JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se insere entre o número crescente de publicações sobre as cidades médias e seu papel na hierarquia urbana a partir dos anos 90, justificando-se pela carência de estudos científicos abordando a cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, tendo em vista seu crescimento urbano e econômico, as transformações na forma e estrutura urbanas e possíveis efeitos econômicos e sociais para a cidade.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar e caracterizar as transformações do espaço urbano de Conselheiro Lafaiete – MG, a partir de 1990, suas causas e consequências.

Objetivos Específicos

- Analisar as transformações e mudanças demográficas.
- Levantar informações sobre fatores causadores de tal fenômeno.
- Identificar os efeitos sobre a forma e a estrutura urbana.
- Verificar os efeitos sobre a economia municipal.
- Realizar comparações com dados de outras cidades, particularmente Ouro Branco – MG e Congonhas – MG.

METODOLOGIA

Busca de informações teóricas sobre os assuntos abordados. Coleta de dados sobre demografia, economia, forma e estrutura urbanas sobre a cidade de Conselheiro Lafaiete, seja pessoalmente ou via internet, junto a fontes como IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação João Pinheiro, web giz ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete – MG e outros órgãos ligados aos setores imobiliário, de comércio e de transportes. Idas a campo a fim de colher fotografias que se fizerem pertinentes ao trabalho.

De posse dos dados, estes serão analisados a fim de se chegar ao resultado final, o qual será apresentado em forma textual, em mapas, tabelas e gráficos.

A CIDADE: CONCEITUAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS

A partir da década de 80 do último século as discussões sobre a Geografia Urbana e os estudos sobre a cidade, tomados sob a ótica das diversas disciplinas, expandiram-se e ganharam força, impulsionados pela crescente valorização do espaço urbano.

Na verdade, os problemas urbanos fluem através de muitas das divisões tradicionais da investigação acadêmica, razão pela qual nenhuma das disciplinas pode pretender monopolizar o estudo da cidade, como afirma Clark (1991).

O mesmo autor ainda apresenta o conceito de cidade e sua área de interesse para a Geografia:

Para o geógrafo, a cidade é uma unidade de análise consistindo em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço. A cidade pode ser distinguida de outras formas de assentamento, em termos de densidade de concentração desses atributos (CLARK, 1991, p. 37).

Assim a cidade é uma forma de arranjo espacial, caracterizada pela elevada concentração de população e de estruturas e atividades criadas para atender esse contingente populacional mais adensado do que em assentamentos humanos de hierarquia inferior. Dentre essas estruturas e atividades pode-se verificar a maior densidade de prédios, tanto residenciais quanto comerciais, bem como de vias, comunicações e atividades econômicas.

A cidade é, via de regra, a sede do poder e, portanto da classe dominante. (...) “Campo” é o lugar onde se dá a atividade primária, onde o homem entra em contato direto *primário* com a natureza, dela extraíndo as substâncias que vão lhe satisfazer as necessidades (SINGER, 1998, p. 08).

A cidade moderna, tal como hoje se conhece, é consequência de um processo de desenvolvimento extremamente longo, remontando a muitos

séculos passados. Os teóricos urbanistas apontam duas prováveis causas para o surgimento das cidades. A primeira diz que ela surgiu como consequência da geração de uma superabundância na produção agrícola. Em consequência disso, surgiram as trocas entre esses excedentes produzidos por diferentes grupamentos humanos de pequeno porte, como famílias; logo surgiu também o local mais propício para esse esquema: a *urbe* primitiva. Tal acontecimento permitiu também um desenvolvimento das práticas não-agrícolas, como o trabalho dos artistas e dos artesãos, em decorrência da maior ociosidade de seu tempo, advinda dos já citados excedentes produzidos. Tais atividades passaram a se agrupar no espaço a fim de obter ao máximo de benefícios.

Segundo esta, que é a hipótese mais aceita, pode-se afirmar que a cidade surgiu e mantém-se como lócus regulador da atividade do campo. Ela não era o local da produção agrícola, a qual se dava no campo que a circundava, mas um centro administrativo, conforme apresentam Santos (1998) e Clark (1991)

Uma segunda possibilidade, defendida por Mumford (1998), é a *teoria da necrópole*, ou seja, a cidade dos mortos, surgida da necessidade de sepultar os corpos dos membros dos grupamentos humanos até então nômades. Periodicamente, esses grupos nômades voltavam a esta necrópole, um cemitério arcaico, para prestar homenagens aos entes falecidos. Essa teria sido a primeira forma de assentamento consolidado humano, a primeira cidade, em torno da qual, pouco a pouco, foram se fixando os grupos nômades, cujos membros falecidos estavam sepultados num dado lugar.

Ademais, Meier apud Clark (1991, p. 72) também relaciona o desenvolvimento das cidades ao desenvolvimento nas comunicações, desde as trocas realizadas face a face até as tecnologias modernas. Mumford (1998) faz ainda uma grande digressão teórica, que apresenta e caracteriza a cidade desde o seu surgimento até a modernidade

A cidade evoluiu de tal maneira que “no século XIII, as principais formas da cidade medieval já estavam definidas” (Mumford, 1998, p. 326). Séculos depois, o desenvolvimento da economia e da manufatura, aliado à queda do feudalismo da Idade Média, acentuados pela Revolução Industrial no século XVIII, o que propiciou a fixação do sistema capitalista sobre a sociedade,

permitiram o surgimento do padrão urbano chamado de cidade industrial, onde a disposição espacial das coisas deveria atender aos interesses do capital. Assim, a cidade industrial, tal como se conhece hoje, pode ser considerada um produto do capitalismo. Sobre isso, Castells (2000, p. 84) diz:

À medida que o tipo de produção capitalista se desenvolve no Ocidente, e o processo de industrialização se acelera, seus efeitos fazem-se sentir na organização espacial e na estrutura demográfica da sociedade.

Com esse desenvolvimento econômico-industrial veio a necessidade de mão de obra para a indústria nascente. A cidade passou então a ser um espaço cada vez mais atraente para a população, principalmente tendo em vista a oferta de emprego que ela proporcionava. Uma vez empregadas na produção industrial, as pessoas passaram a residir no entorno da fabrica; registram-se aí taxas de êxodo rural significativas.

O processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. Numerosas atividades manufatureiras, que antes eram combinadas com atividades agrícolas, são separadas destas, passando a ser realizadas de forma especializada em estabelecimentos especialmente aglomerados (SINGER, 1998, p. 30).

Esse processo proporciona um inchaço no espaço urbano. Se no sistema feudal o campo exercia mais atração do que a cidade, em decorrência dos aspectos já mencionados, o capitalismo privilegia a cidade como forma de assentamento populacional humano.

Aliás, Munford (1998) salienta que, mesmo durante a Idade Média, a vida e o cenário urbano não eram estáticos, ao contrário, mantia-se dinâmico. Segundo o autor, os núcleos urbanos proliferaram e cresceram entre os séculos X e XV, porém, obviamente, num ritmo completamente diferente da explosão urbana que se verifica nos séculos XX e XXI nesse aspecto. Na França, por exemplo, as cidades situavam-se de forma que um viajante não

demorasse mais do que o percurso de um dia de caminhada para ir e voltar até o mercado mais próximo. No tocante ao crescimento das cidades, no período em questão, quando eram circundadas de muralhas, é o mesmo Munford (1998, p. 340) que afirma:

Tecnicamente, era coisa simples derrubar a muralha para estender seus limites, para aumentar espaço interior; e as ruas circulares de muitas cidades medievais testemunham, como os anéis anuais das árvores, os períodos sucessivos de crescimento, assinalados por ampliações da muralha.

Contudo, é a partir do crescimento populacional advindo da Revolução Industrial, que intensificou-se a dinâmica urbana, pois era necessário oferecer o suporte necessário para que todo esse contingente demográfico pudesse fixar residência na cidade. Surge aí então uma necessidade maior de uma infra-estrutura urbana organizada e de um aparato que possibilitasse uma prestação de serviços que fosse cada vez maior e mais eficiente, já que essa concentração demográfica gerou demanda suficiente para o desenvolvimento de outros setores da economia tipicamente urbana: o comércio e os serviços.

Enquanto a economia urbana capitalista-industrial se desenvolvia dentro das cidades, gerava índices ainda maiores do já mencionado fenômeno do êxodo rural, uma vez que as pessoas se sentiam atraídas pelas amenidades urbanas, tão contrastantes com as dificuldades da vida no campo. “Numa economia em que somente a minoria da força de trabalho está engajada na agricultura, o tamanho e o crescimento das cidades são determinados pela estrutura e organização da indústria” (CLARK, 1991, p. 64).

Nesse mesmo sentido Singer (1998, p. 30) afirma: “Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas”. Sem dúvida, o grande fator atraente que seduz, tanto no passado quanto no presente, as pessoas para o interior das cidades é a oferta de empregos que ela viabiliza, principalmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, antigamente designados como Terceiro Mundo.

En efecto, en la ciudad se articulan empleos pertenecientes tanto al circuito superior, como al inferior, así como trabajos informales o conectados con la economía sumergida e incluso actividades consideradas como trabajo para quienes las desarollan, pero perseguidas por los poderes públicos al considerarlas como delictivas. La ciudad proporciona así medios para subsistir a los más variados grupos de población y se convierte aí en un verdadero mosaico social (BALLESTEROS, 2003, p.213)¹.

A procura por emprego nos centros urbanos é algo que se verifica de forma clara e evidente no cenário desses países não-desenvolvidos. Singer (1998) ainda assinala que, à medida em que parte dos imigrantes, atraídos à cidade pelos motivos já anteriormente expostos, não consegue se integrar na economia urbana, acaba por reproduzir na cidade certos traços da economia de subsistência do meio rural, através de atividades autônomas como vendedores ambulantes, carregadores, reparadores, etc. No caso brasileiro tal fenômeno é mais intenso nas maiores cidades, mas as chamadas cidades médias também se constituem pólos receptores de população, principalmente em busca de um leque mais amplo de oportunidades, sobretudo de emprego, como se poderá verificar mais adiante.

Sobre o papel da cidade, Lefevbre (1999) faz a seguinte indagação: o que a cidade cria? À qual o mesmo responde: “Nada. E, no entanto, ela cria tudo” (1999. p. 111). Na verdade, o autor reafirma que a cidade pode não ser exatamente o local da produção, como é o campo, mas ela é o centro administrativo, como já visto anteriormente. Ao mesmo tempo, Lefevbre ressalta que nada existe sem aproximação, sem as relações, das quais a cidade é o palco por excelência. Ela constitui o grande núcleo centralizador de tudo o que é produzido, criando e desenvolvido em seu entorno, gerando assim o modo de vida urbano, a urbanização.

Na cidade verifica-se um modo de viver e pensar característico. A vida urbana produz idéias, comportamentos, valores, conhecimentos e também uma cultura própria, ainda que influenciada pelo sistema capitalista. Falar do urbano

¹ De fato, os trabalhos da cidade estão ligadas tanto ao circuito superior quanto ao inferior e trabalhos relacionados com a economia informal, considerando-se mesmo atividades tidas como trabalho por quem as desenvolve, mas perseguidas pelos poderes públicos ao considerá-las como delituosas. A cidade oferece assim meios de subsistência para as populações dos mais variados tipos e aí se torna um mosaico social (tradução livre).

quer dizer falar de todos esses processos que lhe são ímpares, de todas as características que lhe conferem peculiaridade em relação ao campo, que bem se pode definir como sendo o espaço fora da cidade.

Um outro fator que se há de considerar no estudo da geografia urbana é a valorização diferencial das diversas frações do território urbano. Quanto à especulação imobiliária, “deriva de dois movimentos convergentes: a superposição do sítio urbano ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização” (SANTOS, 1997, p. 106). Essa valorização desigual na maioria das vezes decorre da busca pelas amenidades urbanas, isto é, pelo maior conforto, tecnicamente falando pelas estruturas urbanas.

O uso e a valorização diferenciados do espaço demonstram que a cidade é construída e reproduzida de forma desigual, como produto da desigualdade social intra-urbana, uma vez que o processo de reprodução espacial se desenvolve numa sociedade hierarquizada, dividida em classes. Sendo assim, a cidade apresenta-se como lócus privilegiado dos conflitos de interesses inerentes a essas classes, por isso a apropriação de seu território é desigual. A cidade reproduz internamente os conflitos de classes da sociedade capitalista.

Si las zonas urbanas se distinguen en función del tipo privilegiado de población que en ellas reside, se diferencian igualmente una de otras por las funciones que en ellas se desarrollan de manera predominante. Cada ciudad, posee su *central business district*, verdadero núcleo de todo el complejo urbano. Cada ciudad, cada gran ciudad tiene sus zonas de industrias pesadas y ligeras, sus ciudades satélites y su mercado ocasional de trabajo. (...) Casi todas las ciudades tienen sus “bohemias” y sus “hobohemias”, donde la vida es más libre, más azarosa y más solitaria que en ninguna otra parte (REMY y VOYÉ, p. 212)².

² Se as zonas urbanas se distinguem em função do tipo privilegiado de população que nelas reside, se diferenciam igualmente umas das outras pelas funções em que nelas se desenvolve de maneira predominante. Cada cidade, possui seu distrito central de negócios, verdadeiro núcleo de todo o complexo urbano. Cada cidade, cada grande cidade, tem suas zonas de industrias pesadas e outras menores, suas cidades satélites e seu mercado ocasional de trabalho. (...) Quase todas as cidades têm suas zonas boêmias, onde a vida é mais livre, mais prazerosa e mais solitária do que em nenhuma outra parte (tradução livre).

O que o parágrafo acima ressalta é a diversidade interna da cidade, a segmentação do espaço intra-urbano, dentro de cujas divisões até mesmo o arranjo espacial das coisas é peculiar. A isso a Geografia chama de forma urbana.

Ora, notadamente, cada cidade apresenta áreas como um centro financeiro, bairros de classe alta e bairros de classe média e bairros de classe baixa, além de um espaço destinado à indústria, dentre outras frações particulares do território. Algumas reflexões são passíveis de serem feitas sobre tais segmentos territoriais, mesmo a priori, uma vez que salta aos olhos do mais desavisado dos transeuntes essa diferenciação espacial urbana.

É comum que atividades e grupos de pessoas com características relativamente semelhantes se agrupem num determinado espaço geográfico. Assim formam-se internamente à cidade as situações a que o parágrafo anterior se refere, dentro das quais percebe-se um diferenciado grau de atributos típicos da cidade, como transporte e serviços urbanos, além da própria disposição das ruas e casas, que tendem a atender às necessidades daquela porção do espaço, ou seja, decorrem de sua função. Zonas residenciais, industriais ou comerciais precisam de equipamentos urbanos diferenciados, são as estruturas urbanas, como uma rede viária, um sistema de transportes ou mesmo de comunicação mais eficiente.

A diferenciação de classes sociais também constrói espaços diferentes dentro do cenário urbano. A título de exemplo, pode-se facilmente verificar que bairros de classes mais elevadas, em geral, apresentam maior concentração das amenidades urbanas, tecnicamente chamadas estruturas, como ruas pavimentadas com asfalto, praças e outras opções de lazer, sem mencionar que são, em sua maioria, planejados, de forma que o trânsito flua sem grandes transtornos. Por outro lado nesses mesmos bairros não se verifica a presença de estabelecimentos comerciais, mesmo de pequeno porte, como bares ou padarias; normalmente esses serviços estão disponíveis em bairros próximos, cuja população pertence às classes média ou baixa. O transporte público também não se faz necessário aí, já que, pelo alto poder aquisitivo, quase a totalidade das casas — senão todas elas — dispõem de pelo menos um veículo particular. Essa rede pública de transportes (ônibus, trens urbanos,

metrôs) passa pelos bairros ao lado, contribuindo assim para o acesso das pessoas que por qualquer motivo precisem chegar a esses bairros sem dispor de veículo próprio, em sua maioria trabalhadores.

Já nas áreas povoadas pela população com menor poder aquisitivo verifica-se o oposto. O grau de amenidades urbanas é menor, aparece o comércio e mesmo atividades industriais de pequeno porte, como carpintarias, serralherias e outros empreendimentos, faltam espaços públicos destinados ao lazer, o transporte coletivo é mais necessário, e mais densa a sua rede, e em bairros de população pobre soma-se a isso a ocupação desordenada, chegando até áreas de risco geológico e a falta de pavimentação e saneamento das ruas e casas, decorrente muitas das vezes da negligência do poder público. Essa relação se dá proporcionalmente à renda da população: quanta mais alta for esta, mais e melhores estruturas urbanas poderá desfrutar, pois tudo isso também tem um custo.

Ainda nesse aspecto o centro das cidades também constitui um espaço diferenciado, em geral, destinado ao comércio e habitado pelas famílias mais tradicionais, que historicamente o povoaram. Além disso, é ali que estão os imóveis de importância histórica para a cidade. Atualmente o centro das cidades exerce a função comercial. Para ele convergem as linhas de transportes urbanos. É nele que as decisões são tomadas. Se as indústrias propriamente ditas estão na parcela do território urbano que lhes é reservada, seus escritórios centrais, não raramente, estão no centro das cidades. Não por acaso, o centro é a fração urbana mais dinâmica em termos de circulação de pessoas, veículos, mercadorias e informações, razão pela qual muitas pessoas, mesmo dispondo de uma renda alta ou pertencendo a famílias tradicionais, preferem não fixar residência na parte central das cidades, mas sim em áreas mais afastadas em busca de conforto e tranquilidade.

Por fim, as áreas industriais são, quase sempre, fora do centro das cidades. Aliás, tem-se procurado ultimamente manter distância entre indústria e cidade, preocupação mantida pelas próprias organizações, que compram os terrenos adjacentes para que a cidade não faça divisa com seus ‘muros’. Outra tendência é destinar para as indústrias áreas próximas a grandes corredores de escoamento, rodovias, ferrovias, portos ou aeroportos, por razões óbvias: é

preciso ganhar o máximo de tempo e economizar o máximo de gastos para transportar o que é produzido para outras regiões.

Acerca do que foi discutido nestes últimos parágrafos, sobre formas, funções, estruturas e processos urbanos, Santos (2003, p.187) assim sintetiza o assunto:

As formas dizem respeito ao que é visível, externo, o objeto; a função é o papel exercido pela forma. O processo implica as transformações que ocorrem na sociedade ao longo do tempo e a estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade.

Enfim, essa diversidade no próprio espaço urbano, refletindo a diversidade que também existe no campo cultural, é que torna a cidade um espaço intrigante, pelo dinamismo que lhe é peculiar.

As cidades médias

Tendo feito um breve estudo sobre a cidade, sua história, evolução e dinâmica própria, faz-se necessário para a presente pesquisa compreender e analisar particularmente um grupo de cidades denominadas médias ou intermédias. Já no início dessa discussão teórica é muito importante sublinhar a dificuldade de se encontrar uma definição que seja a mais adequada possível para o termo cidade media. Vários autores têm discutido essa temática, sobretudo a partir da década de 1990, quando o tema voltou a despertar interesse científico.

Ainda que as cidades médias continuem sendo objetos de muitos estudos no início do século XXI, o que contribui para salientar sua importância na hierarquia urbana, permanecem antigos dilemas no que tange à sua definição, a qual permanece ainda inconstante, dada a dificuldade de se aliar aspectos quantitativos e qualitativos para se elaborar uma classificação que seja, de fato, única.

A maioria das definições apontam apenas para as variáveis quantitativas, muito particularmente, para o aspecto demográfico, ainda que todos os pesquisadores apontem para o fato de que a importância desse grupo de cidades na rede urbana está muito além disso e deve ser analisada não apenas do ponto de vista da demografia. “As cidades de porte médio em geral desempenham um papel fundamental no equilíbrio e no funcionamento das redes urbanas nacionais e, sobretudo, regionais” (AMORIM FILHO e RIGOTTI, 2002, p. 2).

Muito se tem discutido e insistido, principalmente nos últimos anos, na fundamental importância de se considerar também aspectos qualitativos na classificação das cidades medias. Oliveira Júnior (2006) afirma que à demografia devem ser congregadas outras variáveis e fatores, tanto qualitativos como quantitativos. Nessa mesma linha, Costa (2002, p.115) diz que

a cidade media para a maioria dos que usam o termo evoca uma idéia de um certo quadro de vida, de certas condições de existência, pode dizer-se de um estilo de vida que não é o das vilas rurais, privadas de equipamentos característicos da vida urbana e que está longe das grandes aglomerações, onde a escala não permite a existência de relações pessoais que fazem da cidade média uma comunidade de habitantes.

Afim de buscar uma caracterização mais precisa, alguns autores têm preferido usar o termo intermédia para caracterizar tais núcleos urbanos, alegando estarem aí introduzidas três novas dimensões veladas no uso do termo cidade média:

(1) Acrescenta a idéia de que a importância da cidade não depende tanto do seu tamanho demográfico como do modo que se articula com o restante dos elementos do sistema; (2) realça e introduz aspectos mais dinâmicos e estratégicos da cidade na rede urbana; (3) supõe a substituição do sentido estático e hierarquizado por uma nova idéia mais aberta, dinâmica e interativa (DEMMATEIS *apud* OLIVEIRA JÚNIOR, 2006, p. 208).

Contudo, o conceito de cidade média (ou intermédia) varia de país para país e/ou de região para região nos vários continentes. Para o presente estudo, tomar-se-á a definição de Amorim Filho *apud* Amorim Filho e Rigotti (2002).

Para ele cidades médias são aquelas que mantêm interações constantes e duradouras com seu espaço regional e as demais aglomerações urbanas, superiores, inferiores ou de mesmo patamar, além de apresentarem um tamanho demográfico e funcional, abaixo do qual não desempenhariam as funções que lhe são características. Elas estabelecem relações de dinamização com o seu espaço microrregional, sendo capazes de receber e fixar migrantes, consistindo num ponto de interrupção no movimento migratório rumo às grandes cidades. Além disso, apresentam uma diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem definido e uma periferia dinâmica e registram aparecimento de problemas urbanos semelhantes aos das grandes cidades, porém em menor escala.

Sobre as variáveis capazes de contribuir para a classificação de um aglomerado urbano como cidade média, Pereira e Lemos (2003) desenvolveram um trabalho considerando grau de industrialização, analfabetismo, pobreza, mercado, força de trabalho especializada, oferta de serviços, dentre outros fatores econômicos aliados aos aspectos demográficos.

Os mesmos autores afirmam que “no Brasil, o processo de desenvolvimento econômico caminhou para uma concentração até o início da década de 1970, principalmente na área metropolitana de São Paulo. A partir daí inicia-se um processo de reversão da polarização” (2003, p. 127). Assim sendo, houve a partir de então um crescente movimento descentralizador da economia em relação às metrópoles e aos grandes centros urbanos brasileiros. As cidades médias passaram a apresentar-se como alternativas para a alocação do capital frente à saturação das grandes aglomerações urbanas.

Nos anos 80 o interesse acadêmico e social pelas médias e pequenas cidades decaiu muito, renascendo no início da década seguinte, fundado na busca pela boa qualidade de vida, maior facilidade de conservação dos patrimônios ambientais e arquitetônicos e nos fluxos turísticos. (AMORIM FILHO e RIGOTTI, 2002)

Esse grupo de cidades apresenta-se, então, simultaneamente como alternativas locacionais à desconcentração das grandes metrópoles, como já dito, e como postos avançados de expansão ao sistema socioeconômico. O que quer dizer que as metrópoles não deixaram de ser foco de investimento de

capital, e consequente atração populacional, mas que agora as cidades médias constituem uma outra opção, uma nova possibilidade para os avanços espaciais e culturais da sociedade capitalista-urbana-industrial. A elas associa-se não raramente um patamar de qualidade de vida que não seja tão precário quanto o oferecido pelas cidades pequenas, mas que ainda se mantém fora dos conturbados problemas urbanos das metrópoles. Tais condições atribuem-lhes, muitas das vezes, vantagens em relação aos demais níveis da hierarquia do sistema urbano. Em consequência disso, têm promovido cada vez mais ações de marketing sobre esse cenário considerado favorável ao investimento e à consequente fixação de população e geração de renda.

As cidades médias se convertem em centro de serviços e equipamentos (mais ou menos básicos) de que se servem tanto os habitantes do mesmo núcleo urbano como aqueles que residem em sua área de influência, sendo centros de serviços que interagem com amplas áreas territoriais, sendo estas mais ou menos imediatas (SATELÍU e TORNE *apud* OLIVEIRA JÚNIOR, 2006, p. 209).

“Entre 1950 e 1980 o índice de multiplicação de população urbana para as cidades milionárias foi de 3,11 (um acréscimo de mais de 2 milhões de habitantes) e aquele para as cidades entre 200 e 500 mil habitantes foi de 5,61” (SANTOS *apud* GARCIA e NOGUEIRA, 2008, p. 03). Tal situação vem ilustrar a tendência da desmetropolização no Brasil, concomitante a ascendência hierárquica das cidades médias. Tal fenômeno pode ser compreendido a partir do momento em que se considera variáveis como a já citada qualidade de vida, além do custo de vida mais baixo das cidades médias em relação às grandes metrópoles. Porém, a população mais despreparada continua sua rota de migração direcionada para as cidades grandes, dada a maior oferta de trabalho que estas oferecem; por seu despreparo técnico e acadêmico, não podem se dar ao luxo de deterem-se nas médias cidades, onde o mercado ainda que amplo, encontra-se em processo de saturação, selecionando os mais capacitados.

As cidades médias serão (e de fato já o são) recebedoras de grandes fluxos das classes médias, enquanto as metrópoles continuarão a receber os pobres e os despreparados, embora as mesmas também continuem atraindo a riqueza, mesmo

porque permanecem concentrando as atividades de gestão do território. A novidade é o aumento da qualidade de vida nas cidades médias, em geral. (GARCIA e NOGUEIRA, 2008, p. 03)

Tratando-se de economia, percebe-se que o investimento em atividades produtivas nas cidades médias, ao mesmo tempo que amplia-lhes os papéis urbanos, “gera uma (re)centralização dos capitais no que tange à localização dos centros de comando” (SPÓSITO *apud* OLIVEIRA JÚNIOR, 2006, p. 219) que ainda permanecem locados nas metrópoles.

O fortalecimento de seus papéis urbanos decorre da atração de investimentos. Considere-se que há uma determinada densidade de consumidores para que uma dada localidade seja interessante aos investimentos externos. Os centros urbanos médios são espaços de consumo local e regional, reforçando sua centralidade e intermediação em sua área de influência. Isso tem feito surgir formas de competitividade entre cidades médias para se apresentarem mais rentáveis e propícias a estes investimentos que se desconcentram espacialmente. Os principais objetivos a serem atingidos pelas cidades médias, segundo Costa (2002, p. 121), são o alcance de “competitividade econômica, coesão social e desenvolvimento sustentável”.

Cidades Médias de Minas Gerais

Para que o presente trabalho seja ainda mais específico, uma vez que o objeto de análise é uma cidade média mineira, faz-se importante lançar também um olhar sobre as pesquisas no campo da Geografia sobre o assunto em Minas Gerais.

Vários autores têm discutido o assunto, dentro os quais destaca-se o professor e pesquisador Oswaldo Bueno Amorim Filho que, isolada ou conjuntamente, tem desenvolvido e publicado várias pesquisas a respeito, chegando inclusive a elaborar uma hierarquização interna ao conjunto das cidades médias mineiras, excluindo-se as pertencentes à região metropolitana de Belo Horizonte, pela razões já citadas anteriormente, cujo primeiro trabalho foi divulgado em 1982. As cidades foram classificadas em grandes centros regionais, cidades médias de nível superior, cidades médias propriamente ditas

e centros urbanos emergentes, como demonstram Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007).

O primeiro nível nessa hierarquia é descrito como sendo composto por cidades de economia saudável, equilíbrio entre os setores secundário e terciário, polarizadoras de vastos espaços regionais e detentoras de centros (ainda que embrionários) de inovações tecnológicas. Na primeira classificação, de 1982, apenas Juiz de Fora atingia esse patamar.

No segundo nível locou-se aquelas cidades de dinamismo demográfico sustentado, desenvolvendo paralelamente à industria os setores de comércio e serviços, tendo uma população entre 70 mil e 200 mil habitantes; são cidades tidas como grandes pela população de sua região. Em 1982 figuravam nesse quadro cidades como Uberlândia, Uberaba, Governador Valadares, Sete Lagoas e Divinópolis.

No quadro das Cidades Médias Propriamente Ditas encontrava-se a maioria dos centros urbanos analisados. Aqueles localizados nos eixos ou entroncamentos principais das vias de comunicação, mantenedores de relações importantes com centros maiores e de relações intensas, constantes e diretas com cidades menores de seu espaço microrregional. Sua população oscilava entre 20 mil e 100 mil habitantes. Lá figuravam Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Congonhas, Viçosa, João Monlevade, Araxá, São João del Rei, Teófilo Otoni e muitas outras.

Por fim, o nível mais baixo da hierarquia interna era ocupado por cidades com economia em fase de transição, desequilíbrios intersetoriais e importantes ligações com o meio rural, representavam “a primeira válvula de abertura em relação ao mundo exterior” (AMORIM FILHO *et al apud* AMORIM FILHO, ROGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 10). Enquadram-se aí cidades como Mariana, Timóteo, Frutal, Itabirito e outras.

Em 1999 foi publicado um novo estudo classificatório. Dessa vez além dos mesmos critérios já utilizados no primeiro trabalho, foram acrescidos dois outros importantes aspectos: o campo das tecnologias de ponta e a inclusão de variáveis ligadas à qualidade de vida urbana. Foram critérios então: população urbana, renda familiar *per capita* média, quantidade de indústrias de ponta, total

de eixos rodoviários que convergem para a cidade, presença de aeroportos, número de cursos superiores disponíveis e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme elenca Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007).

Diferentemente da classificação anterior, o maior número de cidades médias ficou classificado no nível 4 (Centros Urbanos Emergentes). Importante também considerar que Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo passaram a formar uma nova aglomeração urbana, a Região Metropolitana do Vale do Aço. Essa aglomeração, contudo, foi desconsiderada no estudo porque, diferentemente de outras regiões metropolitanas, não é polarizada por nenhuma metrópole, mas considerada como um único centro polarizador (como se fosse uma única cidade), classificado no nível 2 (Cidades Médias Superiores). Mantiveram-se em seus níveis anteriores cidades como Barbacena, Governador Valadares e Divinópolis (nível 2), Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto e Viçosa (nível 3). A cidade de Uberlândia atingiu o nível 1 ao lado de Juiz de Fora. Outras decresceram na hierarquia como Congonhas (nível 3 para nível 4), enquanto algumas passaram a ser classificadas como cidades médias, exemplo de Ouro Branco, que aparecia no nível 4, mas não figurava em nenhuma posição no quadro de 1982.

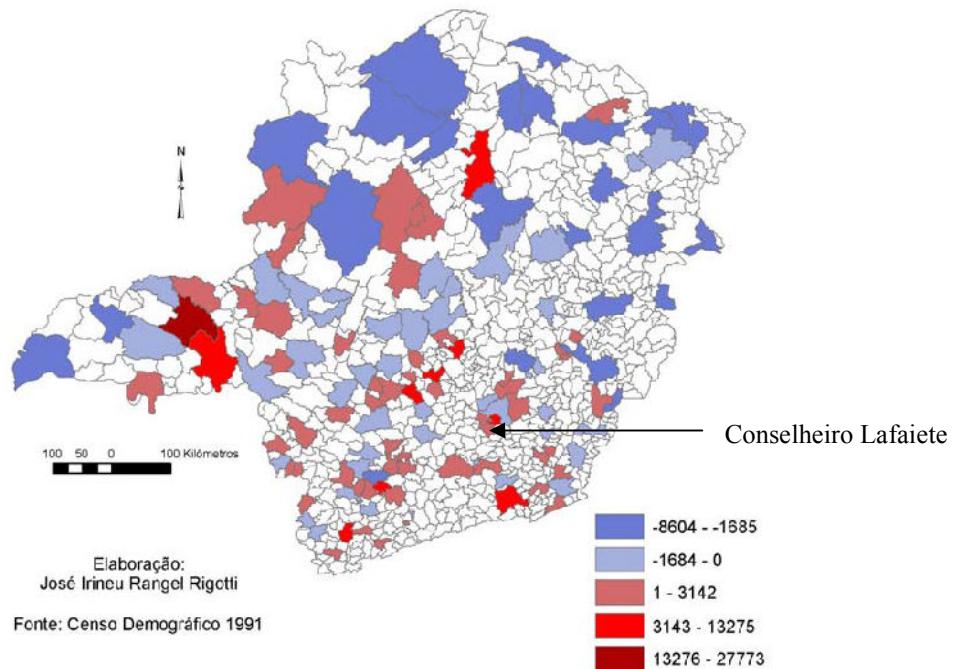
A classificação mais recente foi desenvolvida mais uma vez por Amorim Filho para o II Seminário Internacional sobre Cidades Médias ocorrido em 2006 em Uberlândia. Foram consideradas 39 variáveis qualitativas e quantitativas nos campos de demografia, atividades econômicas, comunicação e transportes. Nessa pesquisa considerou-se como limiar demográfico mínimo para que uma aglomeração urbana possa desempenhar papel de cidade média o contingente de 14 mil habitantes, 4 mil a mais que nos estudos anteriores.

O resultado manteve inalterado o nível 1 apresentado em 1999. Ao nível 2 (Cidades Médias de Nível Superior) ascenderam Araxá, Conselheiro Lafaiete, Muriaé e Teófilo Otoni. Alfenas, Itajubá, Ituiutaba e Lavras caíram de nível de 2 para 3. O número das Cidades Médias Propriamente Ditas (nível 3) diminuiu de 26 para 25 entre os dois últimos trabalhos, mantendo-se aí cidades como Ouro Preto e São João del Rei. Quanto ao número dos Centros Emergentes (nível 4) o salto foi bastante significativo, subindo de 45 em 1982 para 86 em 2006, verificando-se um aumento destes na porção norte do estado.

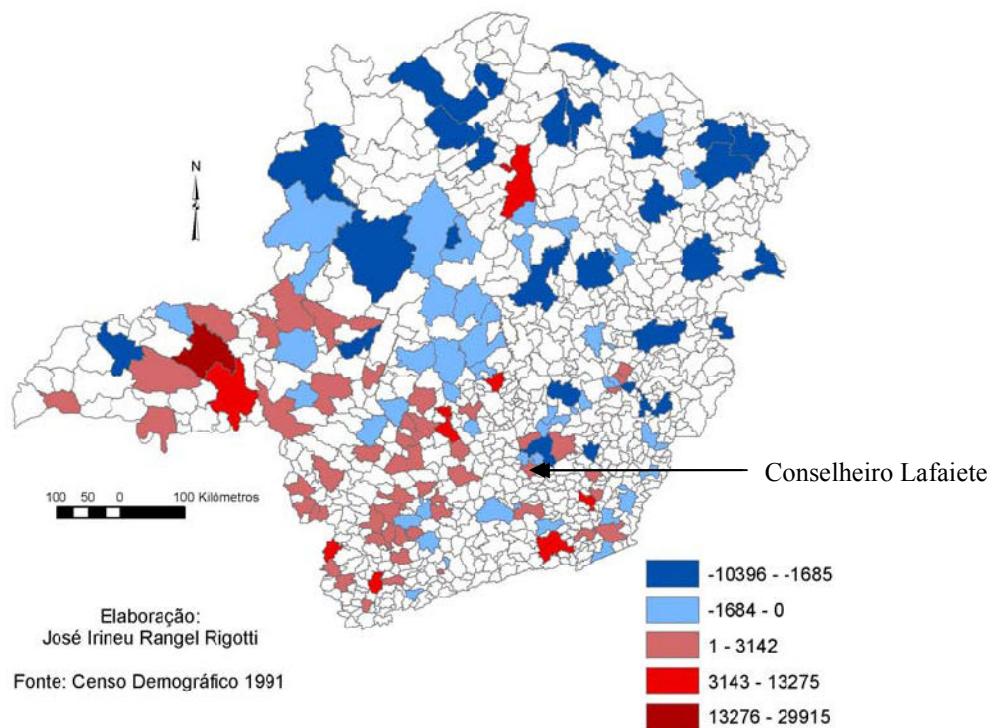
As cidades médias mineiras despontam como significativos centros de atração populacional intra-estadual, revelando-se como verdadeiros nós na rede urbana. Os mais altos saldos migratórios (diferença entre emigrantes e imigrantes) encontram-se nos Grande Centros Regionais (nível 1), decrescendo à medida que se aproxima do nível 4, dos Centros Urbanos Emergentes, onde a maioria (52 dos 86 municípios) apresenta o saldo migratório negativo, ou seja mais saíram do que chegaram pessoas a estas cidades. Esses números ressaltam a importância das cidades médias dos níveis hierárquicos mais altos não só como receptoras de sua população rural, mas também de migrantes oriundos de outros municípios. Para ilustrar essa situação, Rigotti e Campos (2008) elaboraram uma série de mapas em que se pode perceber claramente os movimentos migratórios nas cidades médias de Minas Gerais.

O Mapa 1 mostra os saldos migratórios das cidades médias mineiras entre 1986 e 1991 e o Mapa 2 retrata a mesma situação no quinquênio 1995/2000. O Mapa 3 apresenta os fluxos entre 201 e 500 pessoas, praticando migração pendular para trabalho ou estudo em direção as cidades médias; destacam-se aí Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Poços de Caldas, Alfenas, Pouso Alegre, Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Ouro Preto, Sete Lagoas, Ipatinga, Governador Valadares e diversas outras. O Mapa 4, por sua vez, refere-se a esses mesmos movimentos pendulares, mas com um fluxo de 2501 a 4890 pessoas, a maior magnitude mapeada, onde destacam-se apenas as interações entre Ipatinga (formalmente a sede da Região Metropolitana do Vale do Aço) e Coronel Fabriciano, além de Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco.

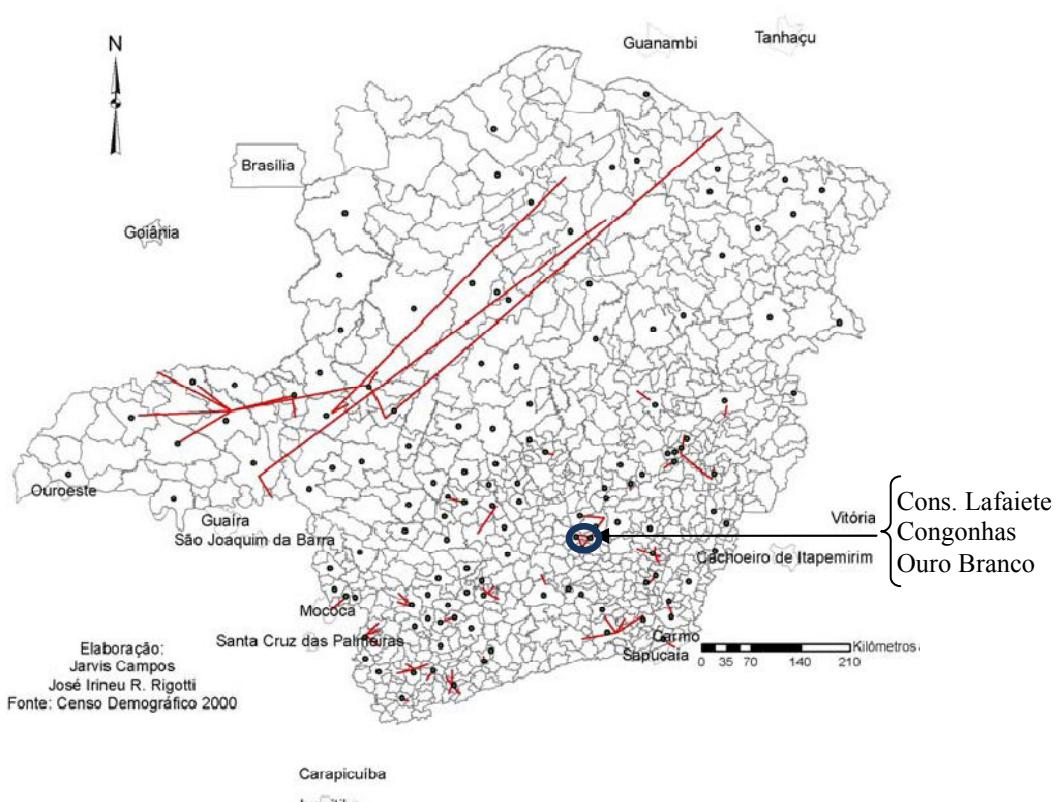
**MAPA 1 – Saldos migratórios das cidades médias de Minas Gerais –
1986/1991**



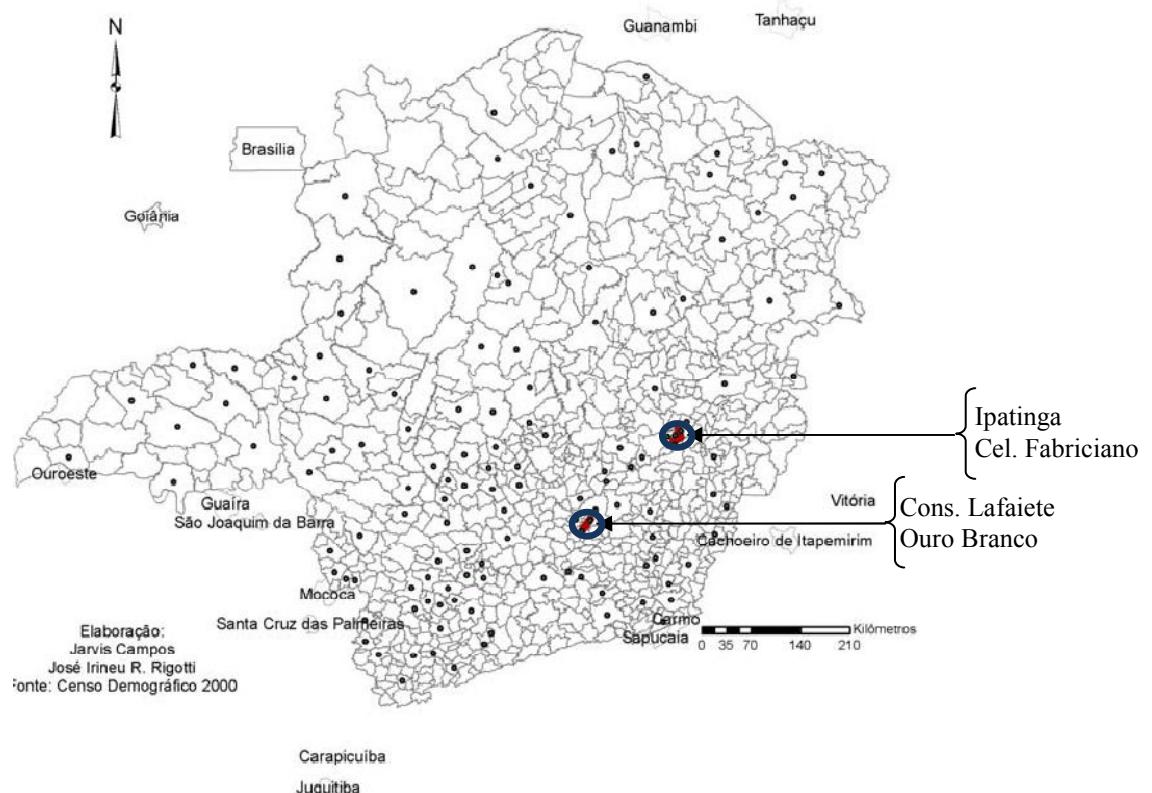
MAPA 2 – Saldos migratórios das cidades médias de MG – 1995/2000



MAPA 3 – Movimentos Pendulares: 201 a 500 pessoas, destino nas cidades médias de Minas Gerais – ano 2000



**MAPA 4 – Movimentos Pendulares: 2501 a 4890 pessoas, destino nas cidades
médias de Minas Gerais – ano 2000**



URBANIZAÇÃO E O CRESCIMENTO URBANO

A paisagem urbana, isto é, a cidade abre a perspectiva de se entender o fenômeno urbano como um todo, em sua dimensão histórica e social, tendo em vista que este é o espaço constantemente criado e remodelado pelo fenômeno urbano. Aqui faz-se muito importante compreender a diferenciação entre urbanização e crescimento urbano, à luz dos estudos de Clark (1991, p.61):

O crescimento urbano é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentração da população numa economia ou sociedade particular. [...] A urbanização, por outro lado, é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades.

A cidade é a forma de apropriação do espaço urbano produzido. Assim, ela deve ser entendida tendo como pano de fundo a sociedade urbano-industrial em processo constante de constituição, ou seja, em movimento. Significa, do ponto de vista geográfico, visualizar e estudar a cidade a partir da espacialidade das relações sociais, das quais ela é o lugar por excelência.

Clark (1991, p. 103) apresenta algumas distinções entre as sociedades pré-industrial e urbano industrial, expressas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Distinções entre as sociedades pré-industrial e urbano-industrial

	<i>Pré-industrial</i>	<i>Urbano-industrial</i>
Demográfica	Alta mortalidade e fertilidade	Baixa mortalidade e fecundidade
Comportamental	Particularista, ordenada, o indivíduo tem mútuos papéis	Universalista, instrumental, o indivíduo tem papéis especializados

Social	Solidariedade de grupos de parentesco, família extensa, coesão étnica, divisão entre grupos étnicos	Atomização, afiliações secundárias, grupos de influência profissionais
Econômica	Base não monetária ou monetária simples, troca local, pequena infra-estrutura, indústria artesanal, baixa especialização	Base pecuniária, troca nacional, interdependência extensiva, produção fabril, capital intensivo
Política	Autoridade não secular, legitimidade prescrita, comunicações interpessoais, bases tradicionais	Política secular, governo eleito, participação dos meios de comunicação de massa, burocracia nacional
Espacial (Geográfica)	Relacionamentos paroquiais, ligações fortes com o ambiente imediato, duplicação de grupos sócio-espaciais numa rede celular	Interdependência regional e nacional, papéis especializados baseados em melhores recursos e localização relativa no sistema espacial urbano

Fonte: Clark, 1991, p.93

Em resumo, como delineia o próprio Clark (1991, p. 125), a urbanização demanda uma mudança social em grande escala. “Elas significam transformações profundas e irreversíveis que afetam cada aspecto da vida social e todas as sessões da sociedade”. Assim, a sociedade urbana é aquela que nasce da industrialização (LEFEBVRE, 2002) e a cidade é a forma mais efetiva de difusão da cultura urbana, do modo de pensar, de agir, de viver que é peculiar ao meio não-rural. Uma vez, que a tendência desde a Revolução Industrial do século XVIII tem sido o êxodo rural, fenômeno altamente acentuado nos anos mais recentes, pode-se afirmar que a sociedade brasileira, e mesmo mundial, é uma sociedade urbanizada.

Sobre a urbanização brasileira, Santos (2005) distingue três momentos históricos importantes: a urbanização aglomerada, em que aumentou a quantidade de núcleos urbanos, período iniciado desde a colonização do Brasil por Portugal, quando as cidades eram uma forma de demarcar território em nome da Coroa Portuguesa. Um segundo momento foi a urbanização concentração, período em que aumentam o tamanho desses núcleos, ou seja,

transcorre um acelerado crescimento urbano. E, por fim, o autor identifica a terceira fase, chamada metropolização, onde destaca-se a dinâmica das grandes e médias cidades; aqui as pessoas não só vivem em cidades, mas procuram as cidades de um porte maior, visando seus interesses pessoais e profissionais.

Esse aumento populacional urbano, experimentando pelo Brasil ao longo de sua história, trouxe progressivamente consigo os problemas que lhe são inerentes. A saturação das cidades muitas vezes põe em xeque sua estrutura, na grande maioria das vezes inadequada.

O período de mais significativo aumento na concentração de população nas cidades coincide com o período de industrialização. Segundo afirma Kowarick (s.d.), o numero de trabalhadores cresce substancialmente durante esse período, aumentando a pressão sobre a infra-estrutura urbana, gerando problemas em setores como moradia, saneamento e transporte, mesmo sabendo-se que cabe ao Estado a função de fornecer tais serviços.

Migração e crescimento vegetativo são fatores que também muito contribuem para o crescimento demográfico. Entre 1940 e 1970 o Brasil passou por um rápido crescimento em sua população, em virtude de seu alto crescimento vegetativo. Durante tal período a população deu um grande salto tanto em seu número total, quanto na quantidade de pessoas residindo nas cidades: eis o período mais intenso de urbanização e crescimento urbano no Brasil.

Ora, com o crescimento demográfico e a industrialização, vem também o crescimento urbano, como salientado por Santos (2005) em função de tudo o que já foi discutido anteriormente no capítulo sobre conceituação e história das cidades. Castells (2000) afirma que esse fenômeno vai em dois sentidos: primeiro referente à concentração espacial de uma população, a parir de certos limites de dimensão e de densidade e segundo referente à difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado cultura urbana.

Santos (1997) constata que todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade e região em que se

inserem, por exemplo, é que são elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas tipicamente urbanos, referentes à sua estrutura, tais como emprego, habitação, transporte, lazer, educação, saúde, energia e saneamento, revelam enormes carências em maior ou menor intensidade. Um dos agentes causadores dessas problemáticas pode vir do passado, da inadequação das estruturas ao crescimento urbano, que muitas vezes se dá de forma rápida, sobretudo em áreas de antigo povoamento; dessa forma a infraestrutura é representativa de necessidades do passado e não responde às reais prioridades do presente, ou seja, muitas cidades que antigamente dispunham de uma estrutura que poder-se-ia considerar adequada, hoje assistem-nas tornarem-se obsoletas, mediante as novas necessidades do presente. Essa é uma herança da urbanização de concentração ou aglomerada, mas que em nada atende à metropolização vigente recentemente no sistema.

Além disso, cidades que antigamente desempenhavam uma função no sistema urbano, no presente desempenham outra. Exemplo são as antigas cidades mineradoras de Minas Gerais, que ainda servem-se de estruturas remanescentes do ciclo do ouro, mas hoje são cidades que vivem da indústria ou do comércio. Logicamente essas estruturas são completamente antiquadas para os tempos modernos, até mesmo por questões lógicas, como o fluxo de veículos e pessoas circulando nas ruas. Porém, em muitas cidades — e não somente no caso de Minas Gerais — esbarra-se na importância de preservar o patrimônio histórico. Com isso a cidade cresce para fora, expande sua periferia, onde são criados novos equipamentos para atender a demanda do presente.

A saturação das cidades é que desencadeia o processo de crescimento urbano. Alavancada pelo avanço capitalista e industrial e pela migração de pessoas vindas do campo, em busca das amenidades urbanas, como já salientado anteriormente, a urbe precisa expandir-se para dar conta de absorver todos os processos de que é palco. Ela precisa cada vez mais de espaço maior à medida que esses fenômenos lhe são cada vez mais intensos. Compreender como isso acontece, porque acontece e quais as transformações serão acarretadas a partir daí é tarefa da Geografia Urbana.

BREVE HISTÓRICO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Das Minas do ouro às Minas siderúrgicas: Conselheiro Lafaiete, um caso a parte

Diferentemente do que ocorreu em outras partes do Brasil, a região que hoje constitui o estado de Minas Gerais experimentou uma formação tipicamente urbana, desde os primeiros anos da corrida do ouro, atingindo seu auge no final do século XVII e ao longo do XVIII, quando proliferaram-se núcleos urbanos, sobretudo no entorno das áreas de exploração de pedras preciosas e ao longo dos caminhos que chegavam a elas.

Em Minas, a cidade industrial-mineradora é também anterior à cidade política, à cidade comercial. A urbanidade das Minas fez florescer também uma típica cultura citadina, que se manifestou criativamente na estética barroca e na multifuncionalidade da estrutura ocupacional das nucleações, dotadas de diversidade ímpar na oferta de serviços e de ofícios urbanos variados (BARBIERI, RUIZ et. al., 2010, p. 2010).

A tabela 2 mostra a cronologia das vilas mineiras fundadas no século XVIII, onde se pode perceber que Conselheiro Lafaiete, fundada como o nome de Villa Real de Queluz, data de 1790, sendo a décima primeira vila de Minas. Porém a ocupação dessa região é bem anterior já que, segundo o Atlas Histórico e Geográfico de Conselheiro Lafaiete (2007), a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós, já existia desde 1709.

Tabela 2 – Cronologia das vilas criadas na capitania das Minas Gerais no século XVIII

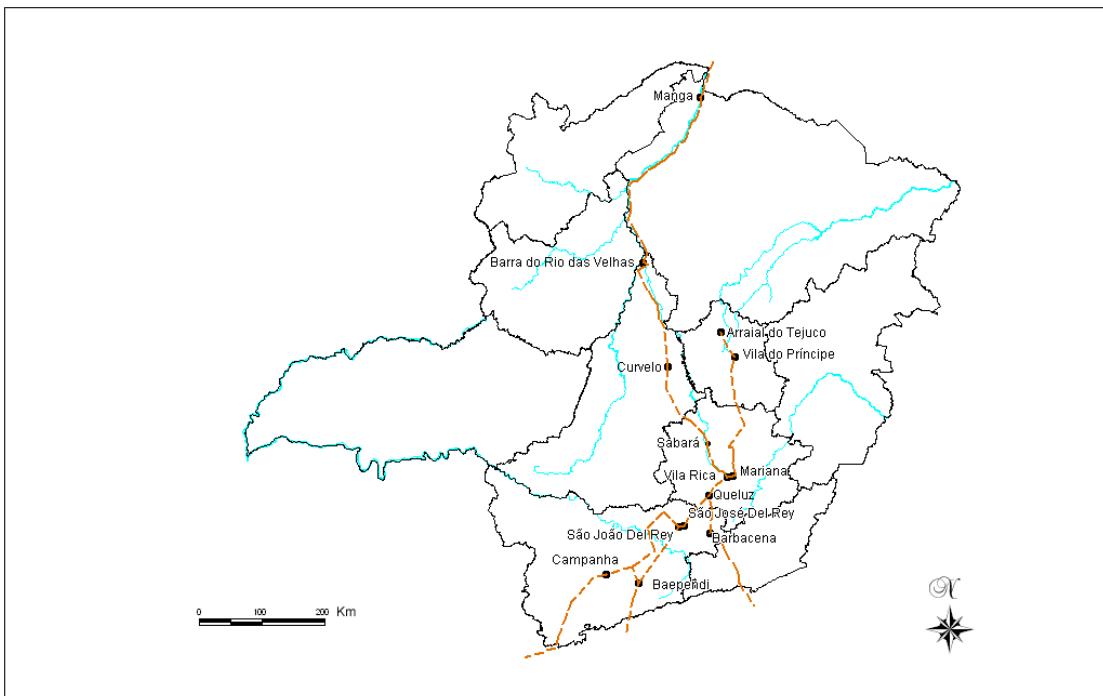
Ordem	Data	Nome à época da criação	Nome atual
1	08/04/1711	Villa Real de Nossa Senhora do Carmo	Mariana
2	08/07/1711	Villa Rica de Albuquerque	Ouro Preto
3	16/07/1711	Villa Real de Nossa Senhora da Conceição	Sabará
4	08/12/1713	Villa de São João d'el Rey	São João del Rei
5	29/01/1714	Villa Nova da Rainha	Caeté
6	29/01/1714	Villa do Príncipe	Serro
7	09/06/1715	Villa do Pitangui	Pitangui
8	19/01/1718	Vila de São José d'el Rey	Tiradentes
9	02/10/1730	Villa de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas	Minas Novas
10	20/11/1789	Villa de Tamanduá	Itapecerica

11	19/09/1790	Villa Real de Queluz	Conselheiro Lafaeite
12	14/08/1791	Villa de Barbacena	Barbacena
13	20/10/1798	Villa de Campanha da Princesa	Campanha

Fonte: Atlas Histórico e Geográfico de Conselheiro Lafaiete (2007)

Já no século XVII partia de Paraty na capitania do Rio de Janeiro, até a capitania das Minas Gerais, onde passava por Vila Rica, atual Ouro Preto, até o Arraial do Tejucó, hoje Diamantina, o Caminho Velho da Estrada Real, pelo qual escoava toda a produção mineira, sendo que a parte que ia entre esses dois importantes centros urbanos mineiro era chamado Caminho dos Diamantes. No princípio do século XVIII passou-se a utilizar o Caminho Novo, que partia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que por sua crescente importância viria a ser capital da colônia, a capital das Minas Gerais, Vila Rica. Foi às margens desse Caminho Novo que foi criada em 1709 a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós, emancipada em 1790, com o nome de Vila Real de Queluz, denominação alterada em 1934 para Conselheiro Lafaiete.

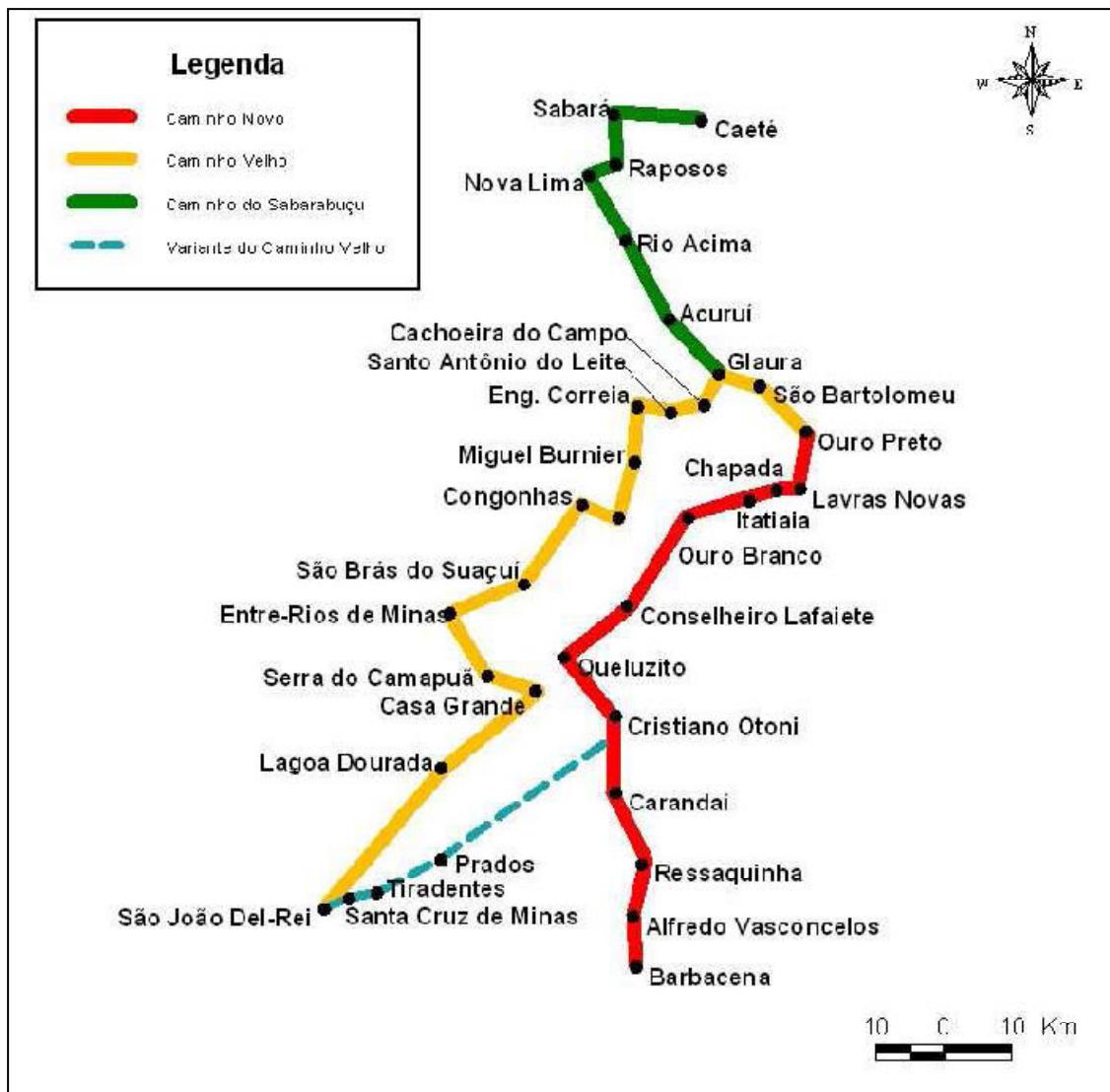
O mapa a seguir sintetiza os principais caminhos que cortavam Minas Gerais no século XVIII, em torno dos quais surgiram os principais aglomerados urbanos. Porém, as relações entre eles era dificultada por proibições impostas pela Coroa Portuguesa, como a restrição a basicamente uma só atividade econômica, a mineração, e a precariedade desses mesmos caminhos. Esses e outros fatores dificultaram a formação de uma região que fosse complementar às atividades mineradoras.



Mapa 5 – Principais caminhos nas Minas Gerais, século XVIII

Fonte: Barbieri e Ruiz, et al. (2010), com base em mapa de J. F. Carrato.

A região que é hoje Conselheiro Lafaiete constituía porta de entrada rápida para a região mineradora, uma vez que a vila dos Carijós — seu primeiro nome, dado em decorrência de seus primeiros habitantes indígenas — era ponto de entroncamento do Caminho Novo, vindo da Borda do Campo (Barbacena) com uma variante do Caminho Velho, vindo de São João del Rey. Abaixo, o mapa 6 mostra esses caminhos principais, a Estrada Real.



Mapa 6 – Caminhos na região central das Minas Gerais, século XVIII
Fonte: Barbieri e Ruiz, et al. (2010)

Ainda que nunca tenha se tenha descoberto ou explorado ouro nas terras queluzianas, foi grande a abundância do metal precioso em freguesias vizinhas, sobretudo na Vila Rica, hoje Ouro Preto, na região chamada de Minas Centrais, à qual por vezes a literatura incorpora Queluz. A vila dos Carijós, e posterior Vila Real de Queluz, tornou-se importante entreposto comercial para os que iam e vinham, transportando as riquezas das Minas até o porto, donde eram enviadas a Portugal. Antes mesmo de todo esse apogeu do ouro, já eram grande por estas paragens o trânsito dos bandeirantes, abrindo caminho para tomada de posse, de fato, das terras do interior do Brasil por parte da Coroa Portuguesa.

Já nesse passado longínquo é possível enxergar o inicio da vocação comercial de Conselheiro Lafaiete. Já que não havia ouro para gerar riquezas, como nos povoados circunvizinhos, ela deveria ser obtida de uma outra forma; era preciso oferecer hospedagem e suprimentos aos viajantes, já que as viagens no lombo de animais eram cansativas, difíceis, perigosas e, sobretudo, longas.

Com declínio do ouro, ocorreu um esvaziamento nos núcleos urbanos mineradores, que passaram a dar lugar à economia agro-pastoril, já existente em Minas desde seus primórdios. Barbieri e Ruiz et. al. (2010) baseados na literatura de viajantes, afirmam que a região das Minas Centrais e Alto Paraopeba apresentava no século XIX uma economia diversificada, contando com produção de cana-de-açúcar, bovinos, víveres, queijo, doces, tecidos e manufaturas diversas.

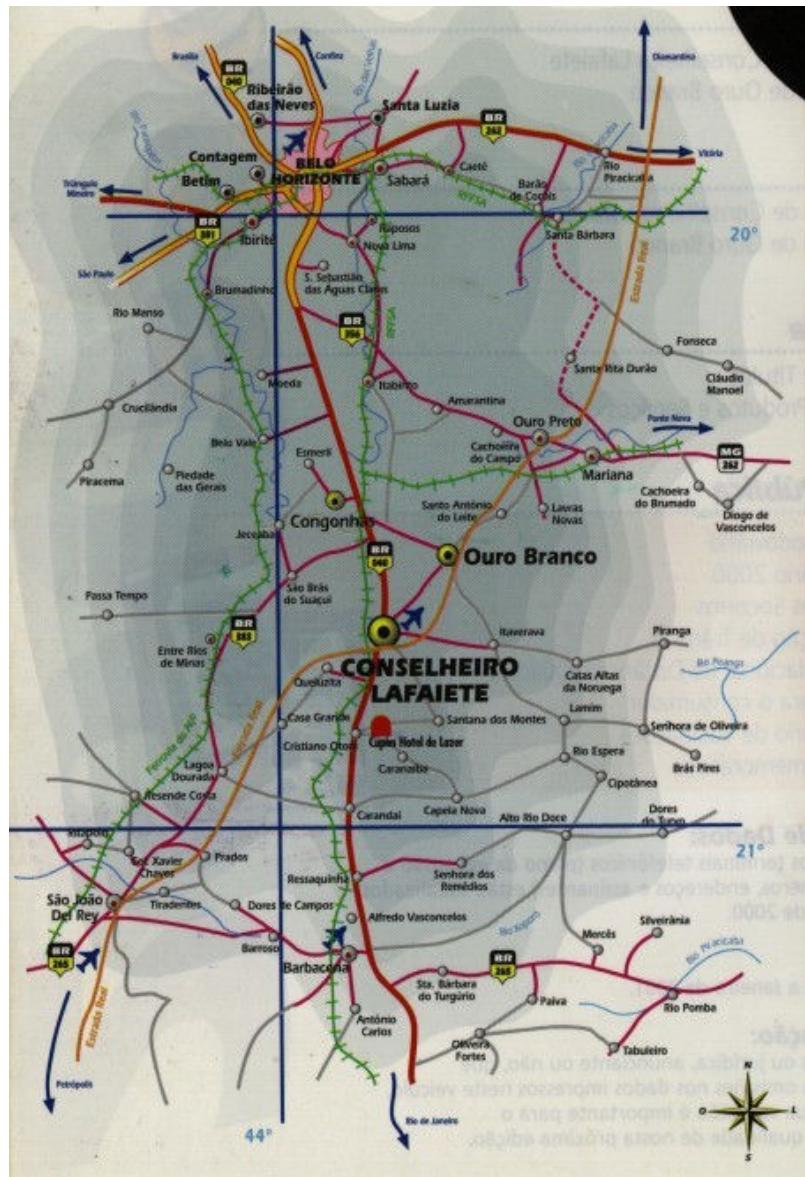
O declínio da atividade aurífera deu início a um processo de valorização da atividade siderúrgica em todo em toda Minas, a partir do século XIX, e com a vinda da família Real para o Brasil, em 1808. Neste ano foi instalada uma fábrica de ferro em Morro do Pilar e entre 1811 e 1812, uma outra pequena siderúrgica em Congonhas do Campo, pelo Barão de Eschewege. Até a Independência em 1822 foram instaladas cerca de 30 fundições em Minas Gerais. Com a penetração das ferrovias, quebrando as dificuldades naturais impostas pela geografia mineira, a produção siderúrgica ganhou ainda mais incremento, razão pela qual muitos autores consideram o fim desse processo apenas na década de 1970, com a instalação da Acominas em Ouro Branco.

No caso de Conselheiro Lafaiete, assim como no período aurífero a mineração não se instalara ali, também nenhuma importante siderúrgica foi instalada em suas terras. Apenas houve, e ainda há, exploração de manganês na mina *Morro da Mina*, e a fixação de pequenas e médias empresas e indústrias, como a *Companhia Santa Matilde*, instalada no pós-guerra, e que fabricava e consertava vagões.

Conselheiro Lafaiete: Localização e caracterização sob ótica da geografia física

A cidade de Conselheiro Lafaiete, localiza-se no dorso central do Espinhaço, distante 96 Km da capital mineira, apresentando relevo bastante acidentado, sendo, segundo o IGA (Instituto de Geociências Aplicadas) 70% montanhoso, 22% plano e 8% ondulado. A área total do município é de 396,3 Km². O município está situado na transição entre os biomas de Mata Atlântica e Cerrado, possuindo características de ambos. O clima é classificado como Tropical de Altitude, com verões chuvosos e invernos secos, temperatura anual média de 19,4°C. Predominam os Latossolos e os Cambissolos, típicos de regiões com essa caracterização de relevo e pluviosidade. O município possui duas bacias hidrográficas maiores, a do Ventura Luiz a leste e a do Bananeiras a oeste, ambas afluentes do Paraopeba, que, por sua vez, deságua no São Francisco.

O acesso à cidade é feito por estradas pavimentadas, como a BR 040 (Rio – Brasília), BR 482 (Lafaiete – Piranga) e MG 129 (Lafaiete – Ouro Branco), esta última seguindo sobre o trecho do antigo Caminho Novo da Estrada Real. A cidade também é cortada por vias férreas da Rede Ferroviária Federal, conforme ilustra o mapa 7.



Mapa 7– Conselheiro Lafaiete, localização geográfica

Fonte: www.ourobranco.com/mapa01.jpg

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA: TRAÇANDO O PERfil DA POPULAÇÃO

Demografia, urbanização e crescimento urbano: projeções e realidade

Na segunda metade do século XX ocorreu um dos fatos mais importantes do ponto de vista demográfico e econômico para a cidade de Conselheiro Lafaiete: a instalação da usina de aço estatal Açominas, na vizinha cidade de Ouro Branco, a partir do final da década de 70 e princípio da década de 80. Logicamente, era necessária mão-de-obra para erguer as instalações da empresa e, depois de construídas, mais trabalhadores ainda para fazê-las funcionar. Curioso perceber que significativa parcela do contingente de pessoas que veio para trabalhar na estatal ourobranquense preferiu fixar sua residência na vizinha Conselheiro Lafaiete.

Tal decisão pode ser justificada pela existência de um mercado de trabalho e de consumo mais promissor e dinâmico em Lafaiete do que em Ouro Branco. Não raras vezes as migrações para esse fim se dão por famílias inteiras. Logo faz-se necessário pensar não somente no emprego para o chefe da casa, mas em diversos fatores, como emprego para a esposa e educação para os filhos, além das necessidades comuns como prestação de serviços de saúde, educação e lazer, bem como um comércio forte que ofereça uma gama maior de opções e variedades. Nisso, mesmo naquela época, Conselheiro Lafaiete já se destacava — e muito — em relação à cidade onde a Açominas estava fixada.

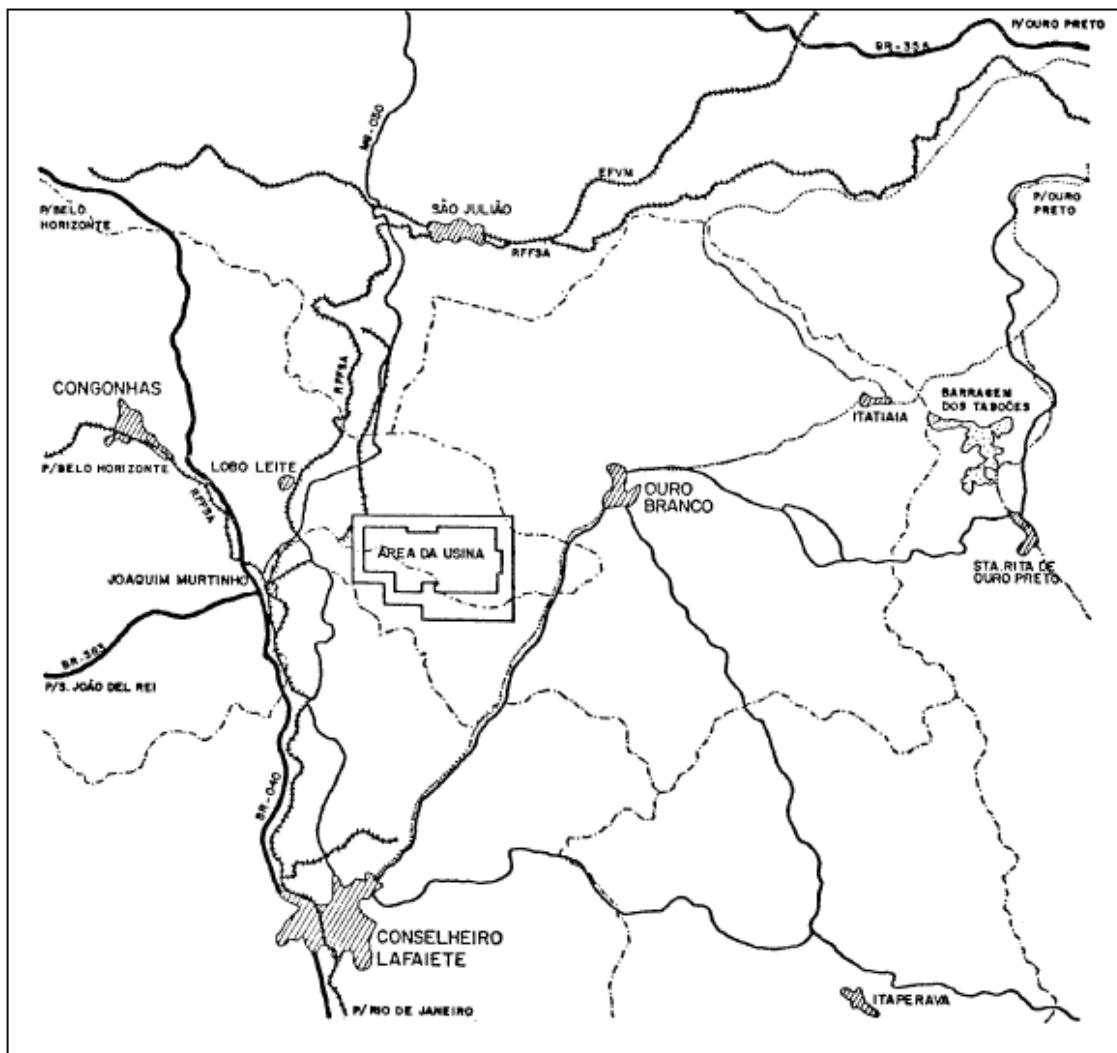


Figura 1: Áreas urbanas próximas à usina siderúrgica Açominas (1979)

Fonte: COSTA e COSTA (s.d.)

Através da figura 1, pode-se perceber os núcleos urbanos próximos à área de instalação da *Açominas*, com destaque para o eixo Ouro Branco-Congonhas-Conselheiro Lafaiete, onde esta última apresenta uma mancha urbana maior, já na época da instalação da empresa. A figura 2 mostra a mesma situação em 2006.

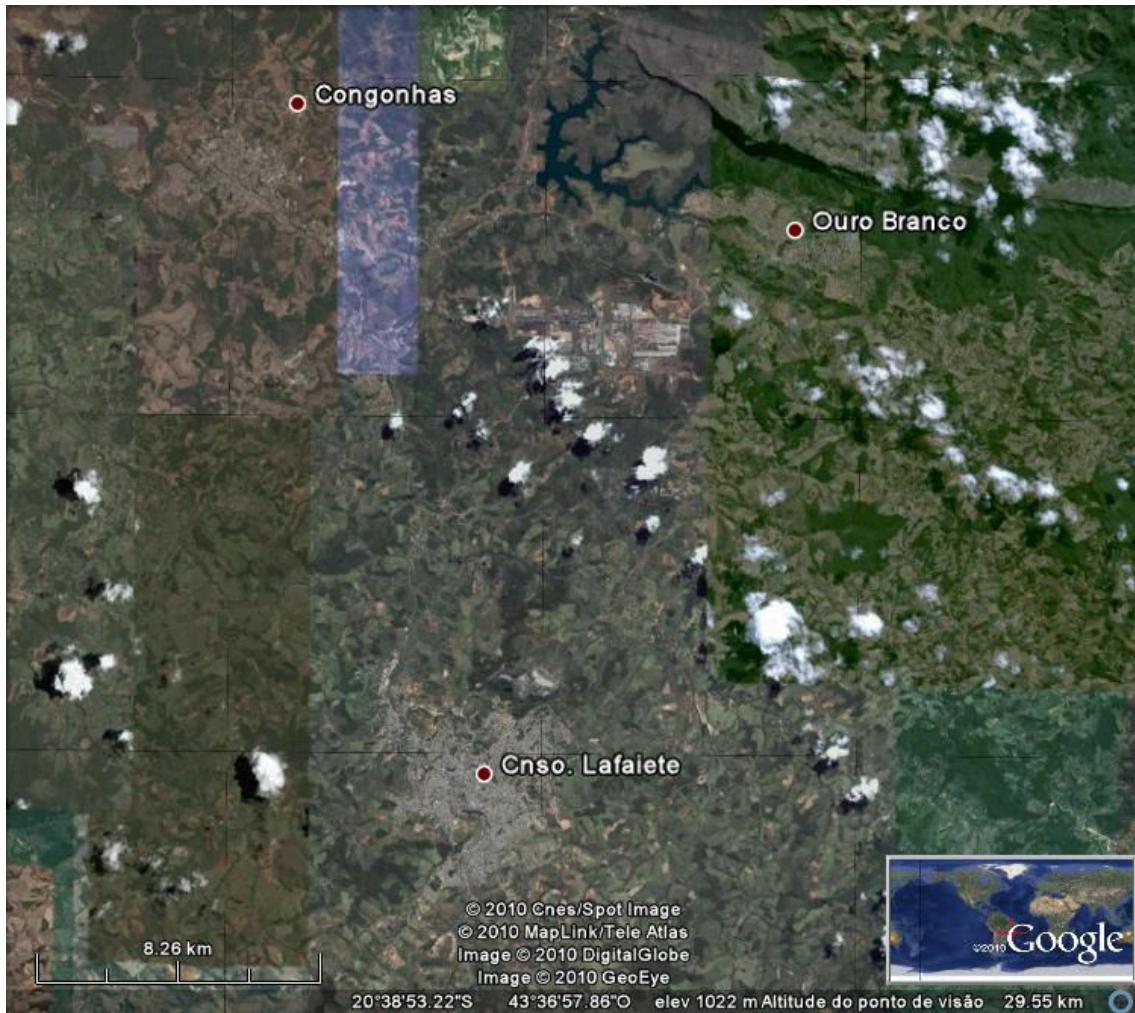


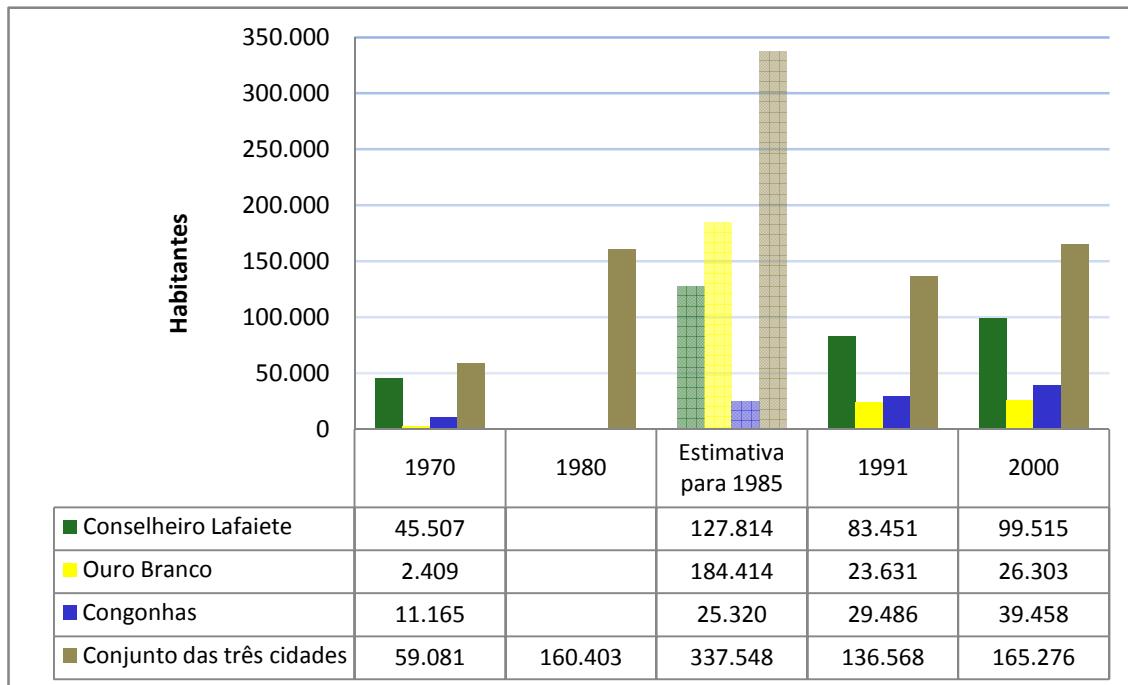
Figura 2: Aglomerados humanos próximos à usina siderúrgica Gerdau-Açominas (2006)

Fonte: Google Earth

Contudo, enquanto Ouro Branco preparava-se para experimentar um “boom” populacional e econômico, planejando e construindo ruas, avenidas largas e bairros inteiros para receber os migrantes, Lafaiete permanecia servindo-se de suas mesmas velhas estruturas e equipamentos urbanos. Em razão do que já foi exposto anteriormente, na atualidade nota-se nitidamente uma inversão: enquanto Ouro Branco dispõem de estruturas viárias satisfatórias e até obsoletas, mas carece de outros serviços urbanos, Conselheiro Lafaiete vive o contrário, abundante oferta de serviços urbanos, mas uma estrutura viária cada vez menos adequada à sua população e à sua frota de veículos.

Esperava-se que acontecesse nessa região uma explosão demográfica semelhante à ocorrida no Vale do Aço, quando implantada a *Usiminas* naquela região, porém os números ficaram muito abaixo das previsões.

GRÁFICO 1 – População urbana por Município e por ano



Fonte: COSTA e COSTA (1997), IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

O gráfico 1 mostra que as projeções de população para 1985, apresentadas pelo estudo de Costa e Costa (s.d.), não se concretizaram em nenhuma das cidades envolvidas mais diretamente, nem individualmente nem coletivamente. Na verdade, 15 anos depois o Censo 2000 mostrou que o crescimento demográfico esperado estava ainda longe de ser atingido. Note-se que o crescimento mais impetuoso era previsto para Ouro Branco, porém no ano 2000 a cidade não havia crescido sequer 1/7 do esperado. Em 1991 apenas Congonhas havia crescido mais do que previa-se, mas considere-se que o seu crescimento foi estimado como o menor entre as três cidades.

Os dados confirmam o que já se discutiu no início deste capítulo, a respeito da “inversão de papéis” entre Lafaiete e Ouro Branco nesse processo, pois, ainda que o município que sedia a *Açominas* (hoje *Gerdau Açominas*)

tenha apresentado um índice de crescimento da população urbana muito maior que o município vizinho, sua população urbana em 2000 não passava de cerca de 14,3% do estimado para 1985, enquanto Lafaiete já em 1991 atingira algo em torno de 65,3% do que se previra. Se forem levados em conta os números de Conselheiro Lafaiete para o ano de 2000 poder-se-á verificar que o a quantidade de pessoas residindo na sua zona urbana chegou a 77,8% da população estimada para 1985. O que mostra que mesmo nesse caso, as previsões ainda não haviam se concretizado, mas Conselheiro Lafaiete estava muito mais próxima de atingir seus índices do que Ouro Branco.

Outro ponto que se há de destacar é que, diferente do que ocorreu no Vale do Aço, os três núcleos urbanos principais dentro da Microrregião de Conselheiro Lafaiete estão longe de um processo de *conurbanação*, mas apontam para um processo crescente de interdependência funcional, como aponta Costa e Costa (s.d). Há de se considerar ainda os fatores geográficos. Assim a área de influência da *Açominas*, diferente do Vale do Aço (de influência da *Usiminas*) por localizar-se muito próxima ao maior centro polarizador populacional de Minas Gerais, que é a própria capital do estado, Belo Horizonte.

No período de 1980 a 2000 a população urbana conjunta dos três municípios — Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Congonhas — teve um crescimento médio de 2,59%. Ainda que tenha sido superior à média do estado de Minas Gerais (2,48%) foi muito baixa diante da expectativa, em vista da situação que se desenhava no final dos anos 70 (COSTA e COSTA, s.d).

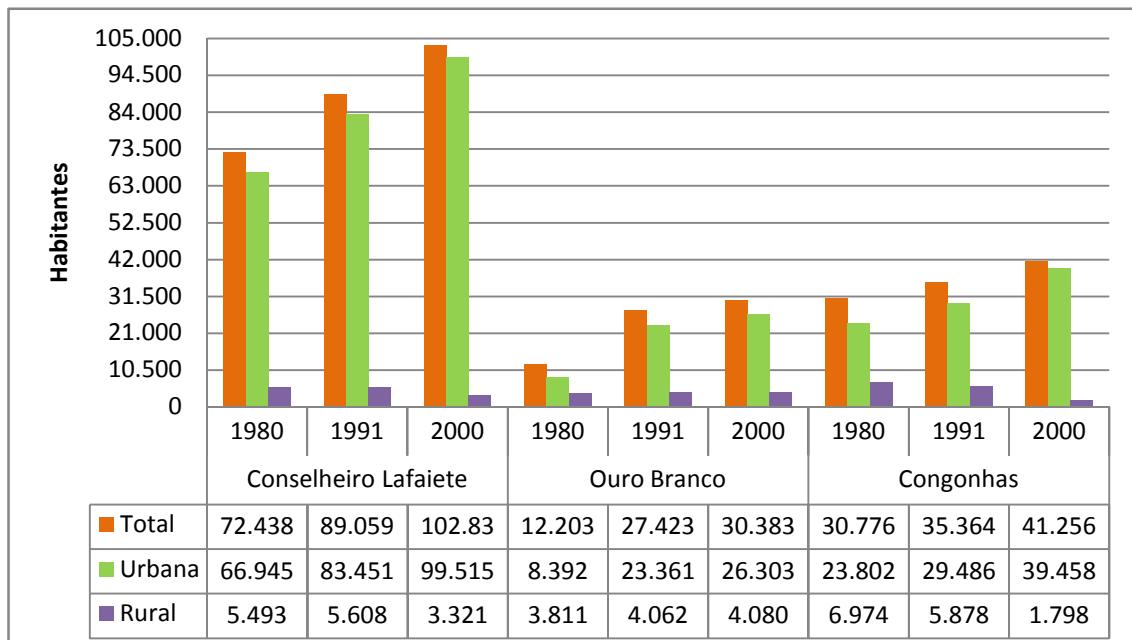
A seguir são apresentados na tabela 3 as taxas de crescimento médio anual da população urbana nos três municípios, Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco, e em seguida a sua população, total e urbana (gráfico 2), para fins de comparação e ilustração de tudo o que se tem discutido até aqui na presente pesquisa.

TABELA 3 – Taxa de crescimento médio anual da população total e urbana – 1980-2000

Município	1980-1991		1991-2000		1980-2000	
	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
Conselheiro Lafaiete	1,9	2,02	1,61	1,98	1,77	2
Ouro Branco	7,64	9,87	1,15	1,2	4,67	5,88
Congonhas	1,27	1,97	1,73	3,29	1,48	2,56
Total	2,53	2,95	1,56	2,14	2,09	2,59
Total – MG	1,49	2,5	1,43	2,46	1,46	2,48

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

GRÁFICO 2 – População total e urbana por Município e por ano



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

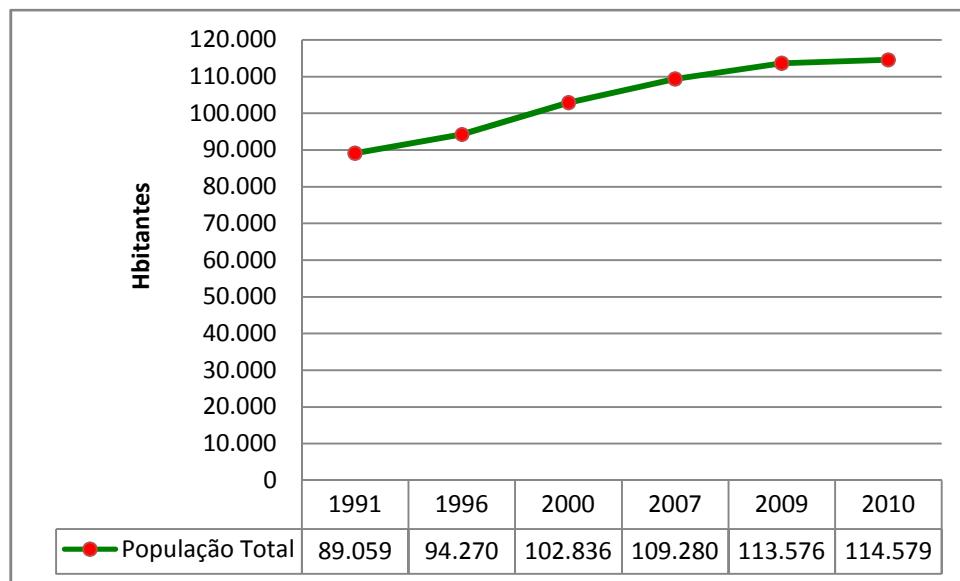
Os dados do gráfico 2 e da tabela 3 permitem concluir que Conselheiro Lafaiete permaneceu, ao longo do período, no exercício de suas funções de pólo microrregional. Mesmo que seu crescimento demográfico urbano tenha sido menor do que o um dos outros dois municípios em alguns períodos, seu

comércio, historicamente forte, e o setor de serviços garantiram-lhe que se mantivesse como cidade pólo. Costa e Costa (s.d.), em seus estudos, assinalam que a cidade passou a ser o local preferido de moradia de boa parte dos trabalhadores de renda mais elevada, seja das empreiteiras, seja da própria estatal, desde a época da sua instalação. Assim sendo, a população urbana de Ouro Branco em 2000 não chegou nem sequer à metade da população urbana de Conselheiro Lafaiete em 1980.

Essa breve volta aos anos 70 e 80 sobre a qual discorreu-se nas páginas anteriores foi necessária para que se entenda a origem do problema que é objetivo desta pesquisa. A partir deste ponto, dar-se-á maior enfoque para os desdobramentos sócio-espaciais advindos de tal fenômeno e de outros posteriores, atuantes sobre o espaço urbano de Conselheiro Lafaiete, a partir de 1991³.

Durante este período a população municipal continuou apresentando crescimento, como destaca o gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Conselheiro Lafaiete, população total por ano



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991 e 2000, Contagens da População 1996 e 2007 e estimativas para 2009 e 2010.

³ Considerar-se-á o ano de 1991 e não 1990, em razão de que foi neste ano que se realizou o Censo Demográfico, cujo volume de dados é extremamente importante para o presente trabalho.

No período de 19 anos analisados, considerando-se a estimativa a população apresentou um aumento de aproximadamente 25.520 habitantes, o que resulta numa média aproximada de 1.340 novos habitantes lafaietenses por ano. Se analisados os dados separadamente, pode parecer que não houve nenhum crescimento estrondoso, porém quando considerados conjuntamente ao longo de todo o período, nota-se que o crescimento foi maior que 25% e que um acréscimo de mais de 25 mil novos habitantes no município, num espaço de tempo de menor do que 20 anos é algo bastante significativo. Somente esse contingente de novos habitantes é superior à soma de toda a população urbana dos municípios da Microrregião de Conselheiro Lafaiete no ano 2000, excluindo-se as três maiores cidades (Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco, respectivamente), segundo dados do IBGE (2000).

Um dos fatores que alavancou esse crescimento foi o fato de que muitas novas empresas vieram fixar-se na microrregião de Conselheiro Lafaiete a partir do final do século XX. Ainda que não as tenha todas instaladas dentro de seus limites municipais, a relevância delas para a economia lafaietense é significativa. Aliás, é de suma importância destacar que dentro dos limites territoriais de Conselheiro Lafaiete não há nenhuma grande empresa instalada; estas encontram-se nas circunvizinhanças — Vale e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Congonhas, Gerdau Açominas em Ouro Branco e, mais recentemente, Vallourec Sumitomo do Brasil (VSB) em Jeceaba⁴. Repete-se atualmente o que ocorreu quando da instalação da Açominas, como expostos no início deste capítulo: Conselheiro Lafaiete exerce seu poder polarizador dentro de sua microrregião.

Mais recentemente as expansões nos parques industriais dessas grandes empresas voltaram a fomentar a expansão demográfica e urbana da cidade pólo, reafirmando sua histórica vocação econômica para o comércio e a prestação de serviços.

Em 2003, segundo dados do Distrito Alto Paraopeba da Companhia de Água e Saneamento de Minas Gerais (COPASA), responsável pelos serviços

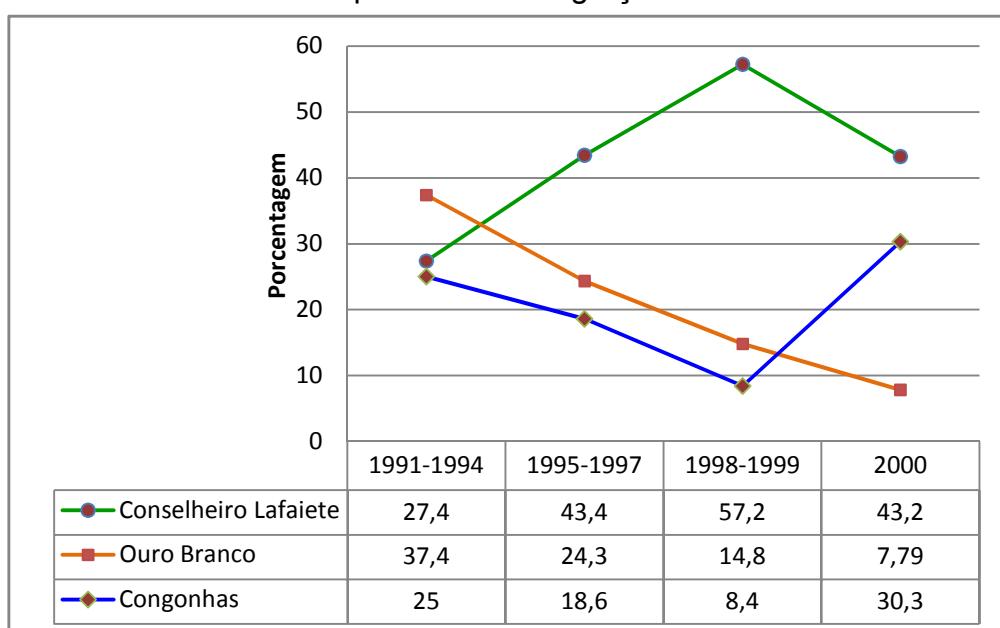
⁴ Em outubro de 2010 a CSN anunciou a construção de uma nova usina no Alto Paraopeba, a qual deverá ser sediada em São Brás do Suáçuí e levará cerca de três anos para ficar pronta, segundo dados da própria empresa, divulgados via internet.

de água e esgoto no município, existiam 34.400 imóveis cadastrados, com 29.017 ligações de água e esgoto. Em 2010 esse número subiu para 43.480 imóveis e 37.105 ligações, ou seja, mais de 9 mil imóveis novos cadastrados na empresa num espaço de sete anos; são em média mais de 1.200 imóveis novos cadastrados anualmente. Lembrando que os edifícios de mais de um pavimento são considerados como um único imóvel.

Segundo o Datasus (2010) a taxa bruta de natalidade de Conselheiro Lafaiete teve um declínio entre 1996 e 2008, passando de 17% para 14% e os índices de mortalidade total não se alteram significativamente. Diante disso, as evidências indicam que o processo migratório é o grande responsável pelo crescimento da população total.

Aliás, o Censo 2000 já mostrara que a migração é um processo bastante ativo nos três maiores municípios da Microrregião de Conselheiro Lafaiete. Vide gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Percentual de pessoas não naturais da Unidade da Federação, residentes na Microrregião de Conselheiro Lafaiete, por Município e período em que se deu a migração



Fonte: IBGE – Censo 2000

O gráfico 4 mostra o percentual de pessoas nascidas em outros estados, que migraram para a microrregião de Conselheiro Lafaiete entre 1991 e 2000, segundo os três maiores municípios. Merece destaque a queda de Ouro Branco em atrair população, pois no início do período considerado recebia quase 40% desse dos migrantes advindos de fora de Minas Gerais e uma década depois esse número não atingia os 10%. Em Conselheiro Lafaiete, ao contrário, esse percentual atingiu mais do que o dobro no período entre 1991 e 1999, apenas no ano 2000 sofrendo uma queda abrupta. O percentual dos que migravam para Congonhas, que vinha caindo até 1999, em 2000 subiu mais de 20%.

Não existem dados semelhantes mais recentes; os próximos só devem ser divulgados ao final do Censo 2010. Também não foram encontradas informações sobre migrantes que residiam em outros municípios dentro do próprio estado de Minas Gerais.

Os números acima confirmam o que aqui se tem discutido, o papel de Conselheiro Lafaiete como polarizadora de sua microrregião. Ainda que os investimentos e empreendimentos tenham sido maiores nas cidades vizinhas, ela reafirma seu papel de pólo microrregional. Algumas reflexões são passíveis de serem feitos, como a identificação de fatores pelos quais a maioria das pessoas que vêm de lugares mais distantes — não-mineiros, nesse caso — prefere fixar residência em Conselheiro Lafaiete. Isso se deve, como já tratado anteriormente, a uma economia mais dinâmica, um comércio mais forte, uma gama maior de serviços como educação e lazer mais abrangente. Também se há de considerar o que Costa e Flores (s.d.) já salientavam em seus estudos, sobre a preferência dos migrantes de maior poder aquisitivo pelos maiores centros urbanos e pelas maiores amenidades que eles são capazes de oferecer aos seus cidadãos.

A seguir, a tabela 4, apresenta a composição etária da população por municípios, conforme o Censo 2000.

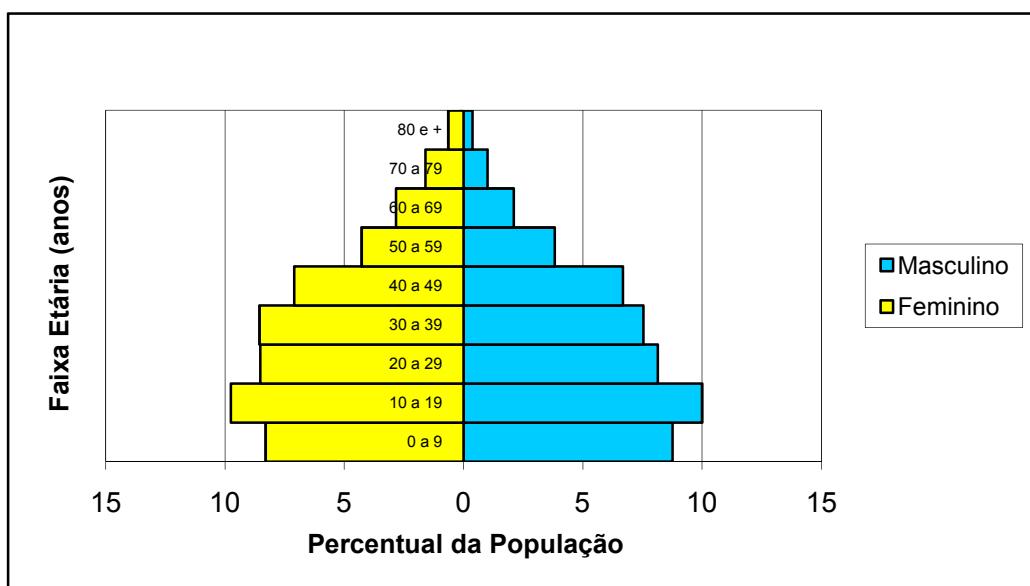
TABELA 4 – População total por município e grupo de idade, 2000

Município	Grupo de idade	Percentual
Conselheiro Lafaiete	0 a 14 anos	26,6
	15 a 24 anos	19,4
	Mais de 25 anos	54
Ouro Branco	0 a 14 anos	30,7
	15 a 24 anos	20,8
	Mais de 25 anos	48,5
Congonhas	0 a 14 anos	29
	15 a 24 anos	19,5
	Mais de 25 anos	51,5

Fonte: IBGE – Censo 2000

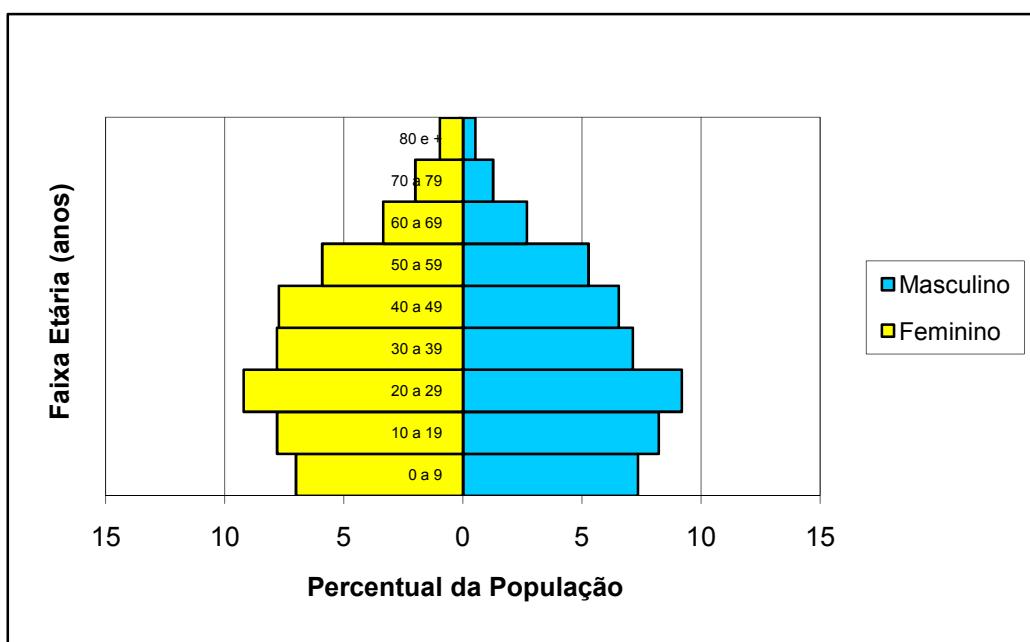
Como se pode ver a população em sua maioria é considerada adulta (mais de 25 anos), o que consiste em força de trabalho. As duas pirâmides etárias representadas nos gráficos 5 e 6 apresentam esses dados ainda mais claros para o ano de 2007 e 2009, mostrando que há um grande percentual de jovens. Em 2007 a maior parte da população tinha entre 10 e 19 anos (gráfico 5), dois anos depois o maior contingente estava entre os 20 e os 29 anos (gráfico 6). Trata-se de jovens que atingiram a pouco a marca dos 20 anos. Dado representativo da existência de uma grande força de trabalho para os próximos anos já residente em Conselheiro Lafaiete.

GRÁFICO 5 – Pirâmide etária estimada - Conselheiro Lafaiete, 2007



Fonte: Datasus (2008)

GRÁFICO 6 – Pirâmide etária estimada - Conselheiro Lafaiete, 2009



Fonte: Datasus (2010)

Educação

A população também tem apresentação aumento em seu grau de instrução, como mostra o gráfico 7, baseado nos Censos de 1991 e 2000.

GRÁFICO 7 – Perfil da população segundo níveis de instrução, por Município e por ano



Fonte: Datasus (2010)

Os dados mostram um avanço nos níveis de instrução da população, tanto jovens quanto adultos, ao longo do período em questão. Na verdade, no Brasil, de um modo geral, a realidade foi parecida. Isso se deve a um mercado de trabalho cada vez mais amplo e mais exigente. Na microrregião de Conselheiro Lafaiete as novas possibilidades de emprego fomentaram ainda mais a procura pelas instituições de ensino.

Tanto jovens quanto adultos passaram a se preocupar mais com a qualificação necessária para adentrar o mercado de trabalho. Se na microrregião esse mercado expandiu-se ao longo do período analisado, alavancado principalmente pelas grandes empresas dos ramos de mineração e siderurgia, é natural que as pessoas procurem qualificação para usufruírem dessa situação. Programas sociais como a Educação de Jovens e Adultos o (EJA) contribuíram para que pessoas que não tiveram oportunidades anteriores de estudo ou deixaram as salas de aula antes de percorrer todo o caminho da escola básica retornassem a ela. Somese a isso uma mudança profunda nos parâmetros culturais do povo brasileiro, que já há algumas décadas começou a

perceber a necessidade de oferecer condições para uma boa formação escolar para seus filhos, como chave para o mercado de trabalho.

Entre 1991 e 2000 alguns dos mais importantes indicadores de área da educação apresentaram melhorias para o Município de Conselheiro Lafaiete. Além do que já foi exposto anteriormente, a tabela 5, mostra a seguir outros índices:

TABELA 5 – Indicadores da educação por ano – Conselheiro Lafaiete

Indicador	1991	2000
Taxa bruta de freqüência à escola	69,48	83,75
Taxa de alfabetização	91,81	94,55
Percentual de pessoas de 18 a 22 anos freqüen-tando curso superior	2,59	8,16
Média de anos de estudos de pessoas de 25 ou mais anos de idade	5,51	6,39
Percentual de pessoas de 25 ou mais anos de idade com menos de oito anos de estudo	70,62	61,69

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil |

Órgãos do Governo, como o IBGE e o DATASUS, fornecem ainda outros dados sobre a educação, detalhando-os por níveis, como demonstra a tabela 6.

TABELA 6 – Pessoas freqüentando instituições de ensino no Município de Conselheiro Lafaiete – 2000

Educação Infantil		Alfabetização de adultos	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Pré-vestibular	Ensino Superior	
Creche	Pré-escolar					Graduação	Mestrado ou Doutorado
312	3824	74	17689	6853	658	1715	61

Fonte: IBGE – Censo 2000

Dados do DATASUS para o ano de 2009 sublinham o exponencial aumento do total de pessoas freqüentando salas de aula destinadas à educação de adultos, por meio do programa EJA (Educação de Jovens e Adultos). Em 2009 totalizavam 1576 pessoas, ao passo que em 2000 eram apenas 74.

Merece destaque a proliferação dos cursos técnicos e superiores em Conselheiro Lafaiete. No início da década de 1990, os moradores da cidade dispunham de apenas uma opção de curso superior, que lhes obrigasse a deslocar-se diária ou definitivamente para outras cidades. No final da mesma década, surgiram as primeiras opções de curso superior na cidade, além da que já existia. Agora, em 2010, Conselheiro Lafaiete oferece a expressiva quantidade de 35 cursos superiores de graduação⁵, dos quais quatro são públicos e demais particulares⁶, abrangendo as áreas das ciências humanas, biológicas, exatas e naturais.

Enquanto os órgãos oficiais não divulgam novos números sobre o Ensino Superior, pode-se tirar algumas conclusões a partir de uma situação hipotética. Se considerar-se que a média de anos de estudos dos cursos

⁵ 15 pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), 12 pela Faculdade Santa Rita (FaSaR), três pelo Centro de Ensino Superior (CES), um pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL) e quatro pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) — polo Conselheiro Lafaiete —, sendo esta última instituição a única a oferecer cursos públicos e à distância.

⁶ Em outubro de 2010 foi anunciado pela FaSaR a criação de mais um curso superior particular para 2011.

superiores seja de 4 anos, que em cada ano transcorram dois períodos e que cada um dos 34 cursos possua pelo menos uma turma com média de 25 anos em cada período, então chegar-se-á a um montante de 6800 alunos freqüentando o Ensino Superior em Conselheiro Lafaiete, apenas na graduação; quase quatro vezes mais do que o somatório dos graduandos e pós-graduandos no ano de 2000. Ainda que seja fato que nem todos esses alunos sejam lafaietenses, se apenas a metade deles forem residentes nesta cidade, já se pode considerar um aumento. Se em 2000 o percentual de acesso ao Ensino Superior era de 1,72, em 2009, segundo a hipótese anterior, seria de 2,96, o que ainda é muito baixo, mas já caracteriza um aumento. Não se pode também deixar de levar em consideração a contribuição dada a esses números pelos incentivos dados nestes últimos anos pelos Governos para que as pessoas possam ingressar no Ensino Superior.

Não obstante ao fortalecimento do Ensino Superior, uma gama bastante ampla de cursos técnicos também pode ser encontrada em Conselheiro Lafaiete neste final da primeira década do século XXI. O ensino profissionalizante desdobra-se como uma porta mais rápida e direcional ao mercado de trabalho, bem como menos onerosa ao aluno.

Trabalho e renda

Tudo o que este trabalho já discutiu pode ser visto também como reflexo de um aumento na renda, experimentado pelos moradores, conforme salienta a tabela 7:

TABELA 7 – Indicadores de renda – Conselheiro Lafaiete, 1991 e 2000

Indicador	1991	2000
Percentual de pessoas vivendo em domicílios com carro	28,2	41,14
Percentual de pessoas vivendo em domicílios com computador	—	11,78
Percentual de pessoas vivendo em domicílios com energia elétrica e geladeira	78,5	91,15
Percentual de pessoas vivendo em domicílios com energia elétrica e aparelho de televisão	89,51	97,76
Percentual de pessoas vivendo em domicílios com pelo menos três dos bens anteriores	32,23	61,82
Percentual de pessoas vivendo em domicílios com telefone	17,86	52,64
Renda <i>per capita</i> em reais (R\$)	185,34	258,21

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (s.d.)

Não somente Conselheiro Lafaiete atingiu níveis mais elevados em seus indicadores de renda, mas todas as cidades de sua microrregião. O acesso mais fácil a bens de consumo duráveis foi favorecido, dentre outros fatores, pela estabilização da economia brasileira a partir da metade dos anos 90. Contudo, a renda lafaietense é menor do que a arrecadação de municípios como Congonhas e Itabirito, que sediam empresas mineradoras de grande porte, tanto para o ano de 1991, quanto para o ano 2000. Quando se considera a renda *per capita*, isto é, o total da arrecadação municipal, dividida pela população total, verifica-se uma situação ainda mais adversa. A tabela 8, apresentada a seguir, é parte de um relatório da Associação dos Municípios do

Alto Paraopeba (AMALPA), baseado em números da Secretaria do Tesouro Nacional para o ano 2008, publicado no jornal Correio da Cidade⁷.

TABELA 8 – Receita, população e renda dos municípios componentes da AMALPA, 2008

Município	População	Receita Corrente	Renda per capita anual	Renda per capita mensal
Mariana	53.989	R\$ 179.979.384,70	R\$ 3.333,63	R\$ 277,80
Ouro Preto	69.251	R\$ 160.086.294,50	R\$ 2.311,68	R\$ 192,64
Congonhas	48.066	R\$ 151.716.261,70	R\$ 3.156,42	R\$ 263,03
Itabirito	43.314	R\$ 116.308.423,00	R\$ 2.685,24	R\$ 223,77
Conselheiro Lafaiete	113.576	R\$ 97.225.027,20	R\$ 856,03	R\$ 71,34
Ouro Branco	35.023	R\$ 81.025.278,22	R\$ 2.313,09	R\$ 192,76
Carandaí	23.097	R\$ 28.982.616,92	R\$ 1.254,82	R\$ 104,57
Piranga	17.773	R\$ 17.935.417,00	R\$ 1.009,14	R\$ 84,09
Entre Rios de Minas	14.426	R\$ 15.751.797,46	R\$ 1.091,90	R\$ 90,99
Moeda	4.652	R\$ 8.248.495,09	R\$ 1.773,11	R\$ 147,76
Desterro de Entre Rios	7.145	R\$ 8.158.352,62	R\$ 1.141,83	R\$ 95,15

⁷ Disponível em <http://www.jornalcorreiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=557:lafaiete-tem-renda-per-capita-mensal-de-r-7134&catid=40:politica&Itemid=2>.

Brás Pires	4.665	R\$ 7.867.100,32	R\$ 1.686,41	R\$ 140,53
São Brás do Suaçuí	3.625	R\$ 7.865.001,52	R\$ 2.169,66	R\$ 180,80
Senhora de Oliveira	5.857	R\$ 7.762.341,86	R\$ 1.325,31	R\$ 110,44
Caranaíba	3.549	R\$ 7.590.231,44	R\$ 2.138,70	R\$ 178,22
Santana dos Montes	4.120	R\$ 7.300.830,01	R\$ 1.772,05	R\$ 147,67
Rio Espera	6.753	R\$ 7.015.808,37	R\$ 1.038,92	R\$ 86,58
Catas Altas da Noruega	3.550	R\$ 6.643.776,54	R\$ 1.871,49	R\$ 155,96
Lamim	3.651	R\$ 6.594.252,87	R\$ 1.806,15	R\$ 150,51
Casa Grande	2.143	R\$ 6.579.141,76	R\$ 3.070,06	R\$ 255,84
Queluzito	1.888	R\$ 6.402.240,86	R\$ 3.391,02	R\$ 282,58

Fonte: Jornal Correio da Cidade / AMALPA (2010)

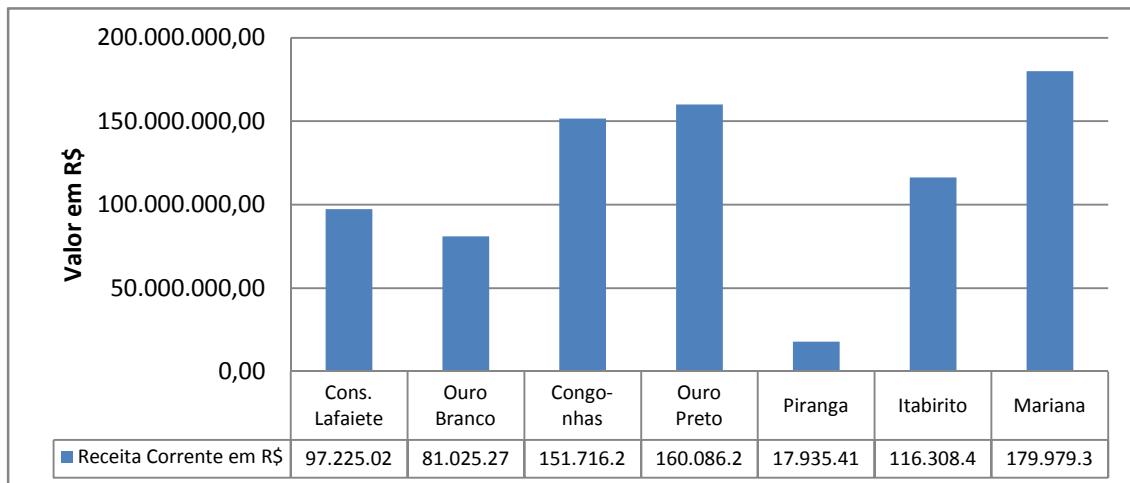
Conselheiro Lafaiete, como visto, tem a mais baixa renda *per capita* dentre todos os municípios componentes da AMALPA. Isso se deve à baixa arrecadação do município em relação ao seu elevado contingente populacional. A renda e a economia de vários desses municípios são alavancadas pelas grandes empresas mineradoras e/ou siderúrgicas que sediam, como é o caso de Congonhas, Itabirito e Ouro Branco. Já Ouro Preto e Mariana baseiam sua economia no turismo, que lhes é bastante próspero.

Mesmo que se considerar-se apenas os municípios da microrregião de Conselheiro Lafaiete, a situação ainda continuará inalterada. Essa é uma situação, a qual poder-se-ia chamar de contraditória, pois Conselheiro Lafaiete é quem arca com altos custos, advindos de seu papel de polo microrregional,

como atendimento nos serviços de saúde, emprego e educação para a população das circunvizinhanças.

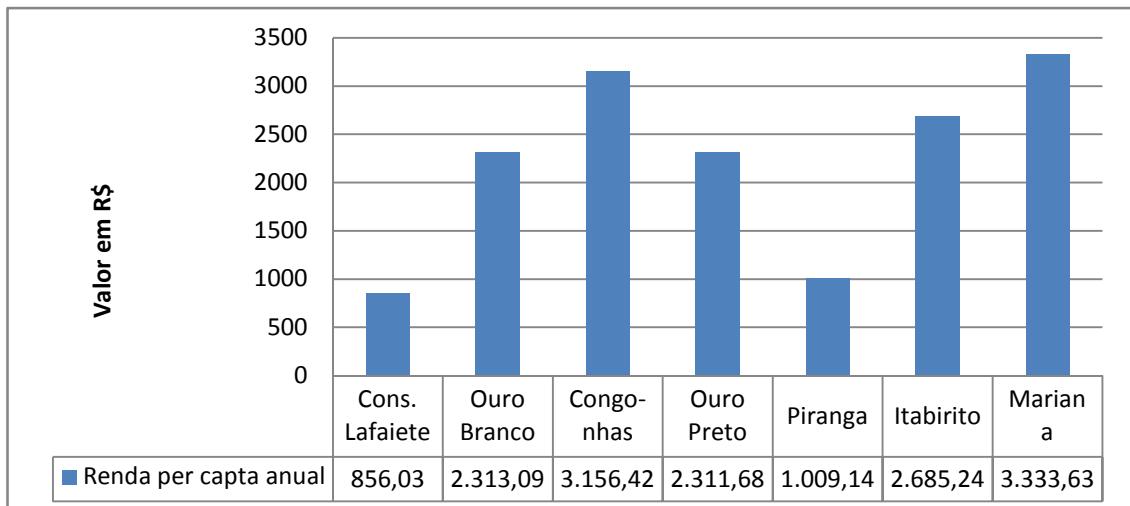
Os gráficos 8, 9 e 10, dispostos seqüencialmente a seguir, ilustram o que foi exposto nos parágrafos anteriores.

GRÁFICO 8 – Receita corrente em R\$ (reais), por Município, 2008



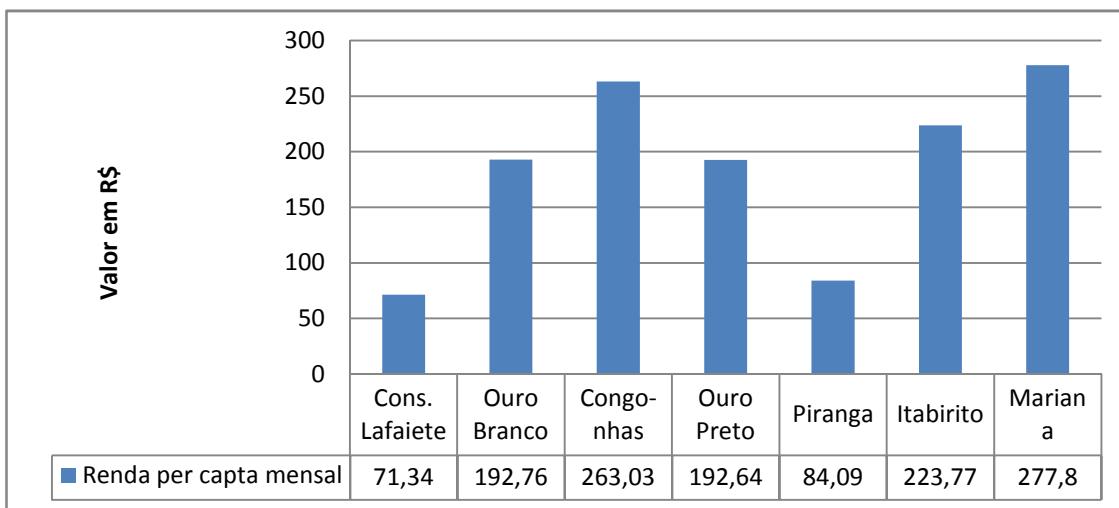
Fonte: Jornal Correio da Cidade / AMALPA (2010)

GRÁFICO 9 – Renda per capita anual em R\$ (reais), por Município, 2008



Fonte: Jornal Correio da Cidade / AMALPA (2010)

GRÁFICO 10 – Renda per capita mensal em R\$ (reais), por Município, 2008



Fonte: Jornal Correio da Cidade / AMALPA (2010)

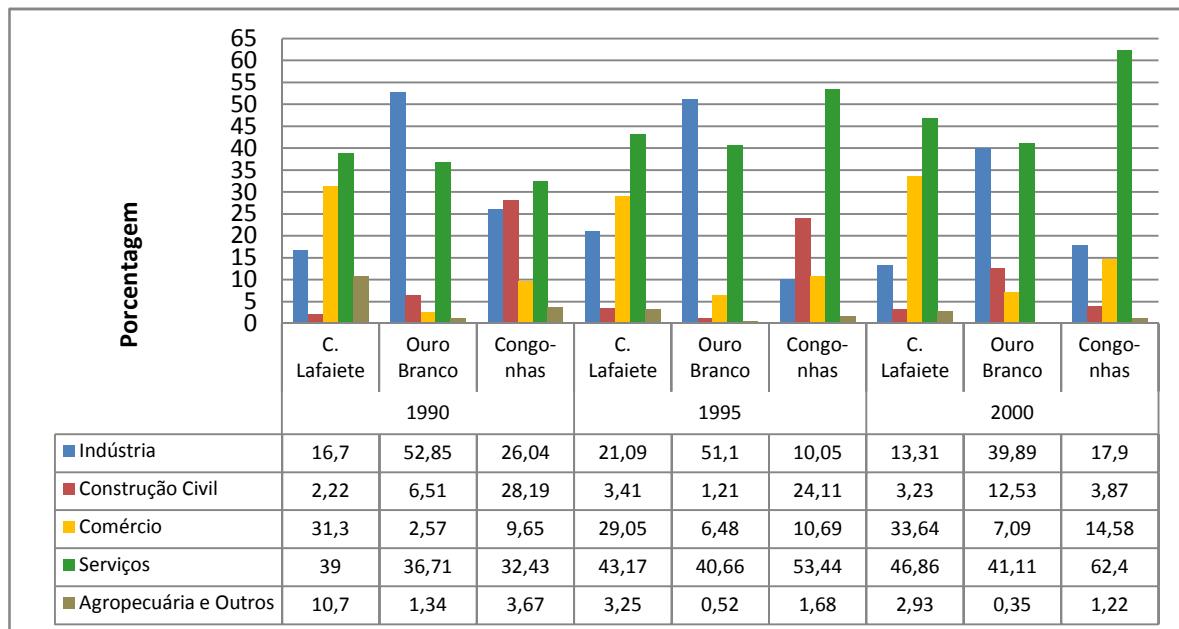
A seguir apresenta-se um panorama do mercado de trabalho na cidade de Conselheiro Lafaiete, com base, principalmente, em informações do Censo 2000. Conselheiro Lafaiete mantém sua vocação econômica para o comércio e a prestação de serviços. Conforme Costa e Costa (s.d), em relação às atividades comerciais, 80,2% do ICMS (Imposto Comercial sobre Mercadorias e Serviços) arrecadado em 1998 no conjunto das cidades de Ouro Branco, Congonhas e Conselheiro Lafaiete foi arrecada nesta última. Quanto à arrecadação do mesmo imposto, porém oriunda da prestação de serviços os valores, no mesmo ano, foram de 14,92%, 11,4% e 73,68% respectivamente. Não foram disponibilizados dados semelhantes para um período mais recente, contudo a revista Veja publicou em 2010 um artigo no qual situava Conselheiro Lafaiete entre as mais prósperas cidades médias brasileiras, cuja economia é alavancada pelo comércio. Segundo a revista, a cidade ocupa a 23^a posição no ranking das cidades médias do Brasil em que o comércio proporcionou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) igual ou superior à taxa brasileira que foi de 4% ao ano⁸.

O Gráfico 11, elaborado segundo o trabalho de Costa e Costa (s.d.) mostra que o emprego industrial caiu significativamente na microrregião na

⁸ O crescimento do PIB lafaietense, segundo a revista, foi de 5,1%. Ademais, cabe salientar que a revista considerou apenas atributos quantitativos, sobretudo demográficos, para a definição de cidades médias.

década de 90, e que a queda mais brusca nesse aspecto foi observada em Ouro Branco.

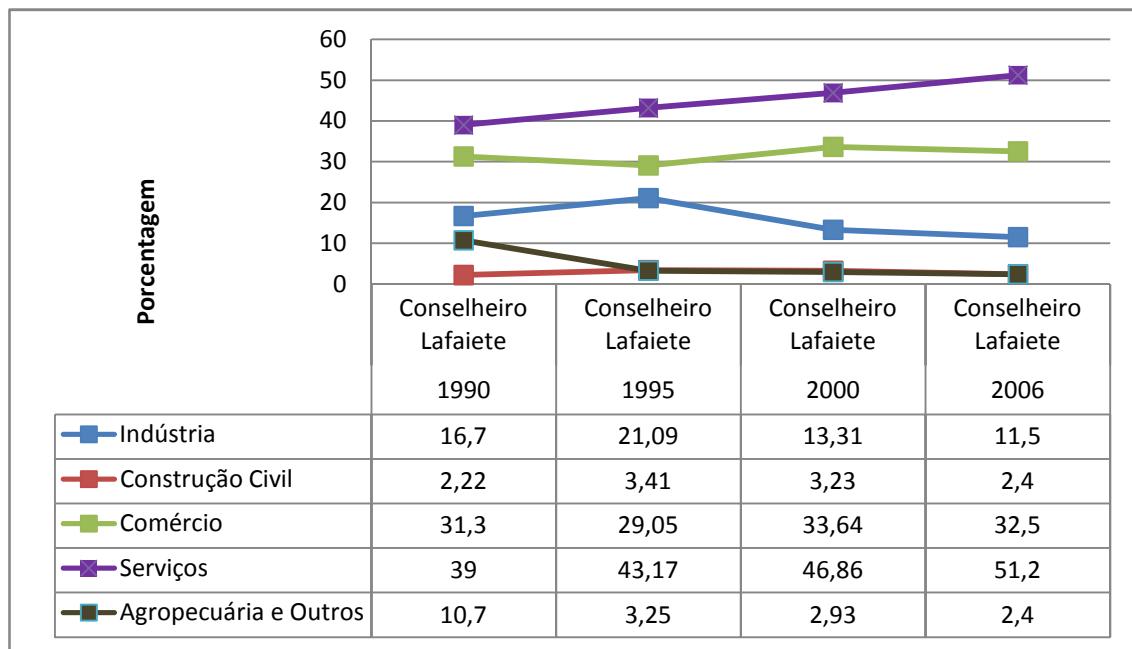
GRÁFICO 11 – Porcentagem do total de trabalhadores, por setor, ano e município



Fonte: Costa e Costa (s. d)

A seguir, o gráfico 12 mostra o perfil acima, aplicado exclusivamente ao município de análise, Conselheiro Lafaiete, mostrando a queda no emprego industrial, a partir da metade da década de 90 e o crescimento dos valores referentes a comércio e serviços, que em 2006, juntos, correspondiam a mais de 80% do total de empregos formais.

GRÁFICO 12 – Porcentagem do total de trabalhadores, por setor e por ano – Conselheiro Lafaiete



Fonte: Costa e Costa (s. d) e Ministério do Trabalho

Outros indicadores do Ministério do Trabalho e Emprego (2010) ressaltam a importância do comércio e serviços para a economia e para os trabalhadores de Conselheiro Lafaiete, pois foi nesse setor que mais houve admissões no período entre janeiro de 2003 e setembro de 2010, seguido pela profissão de servente de obras, consequência do crescimento urbano e da verticalização da cidade. Também é no comércio que a maioria das pessoas consegue seu primeiro emprego, além ser também onde se encontra o maior saldo, que é dado pela diferença entre as admissões e as demissões. A tabela 9 mostra as 20 ocupações que mais admitiram no período citado, bem como seus saldos.

**TABELA 9 – Perfil do emprego formal – Conselheiro Lafaiete,
janeiro de 2003 a setembro de 2010**

Ocupação	Admissões		Total de desligamentos	Saldo
	Primeiro Emprego	Total		
Vendedor de comércio varejista	2.975	8.505	7.626	879
Servente de obras	444	2.588	2.222	366
Auxiliar de escritório, em geral	623	2.171	1.812	359
Faxineiro*	325	1.274	1.272	2
Pedreiro	71	1.188	1.114	74
Motorista de caminhão	88	1.128	1.107	21
Operador de caixa	372	1.011	920	91
Recepcionista, em geral	246	838	653	185
Repositor de mercadorias	299	744	620	124
Assistente administrativo	154	680	480	200
Embalador, a mão	388	588	407	181
Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	50	566	592	-26
Cobrador de transportes coletivos (exceto trem)	196	561	481	80
Cozinheiro geral	114	520	488	32

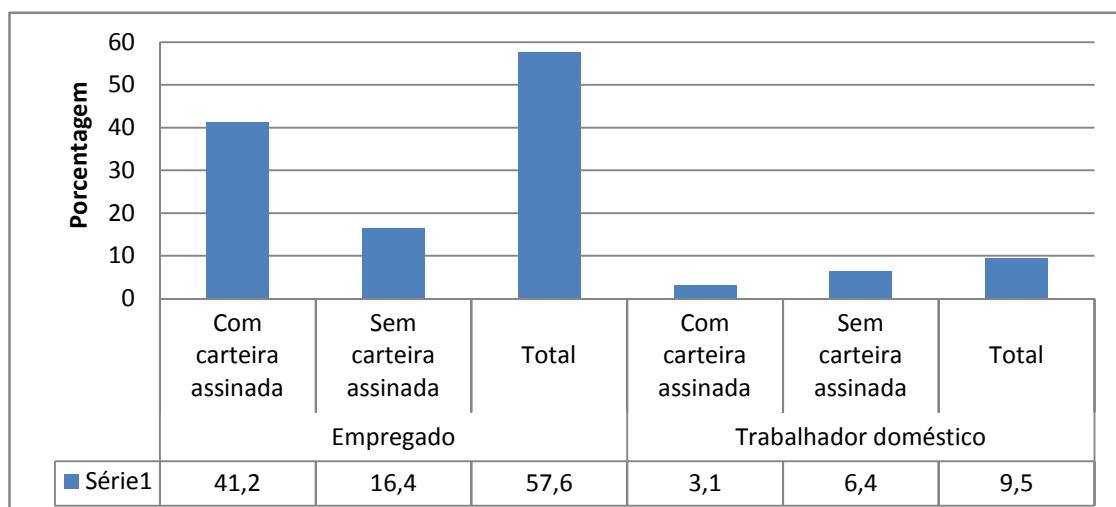
Faxineiro	208	505	354	151
Trabalhador agropecuário em geral	131	504	489	15
Trabalhador da manutenção de edificações*	166	483	331	152
Soldador	8	453	457	-4
Motorista de ônibus rodoviário	4	452	342	110
Contínuo	177	451	433	18

Fonte: Ministério do trabalho e emprego (2010).

* Desativados na competência janeiro/2003.

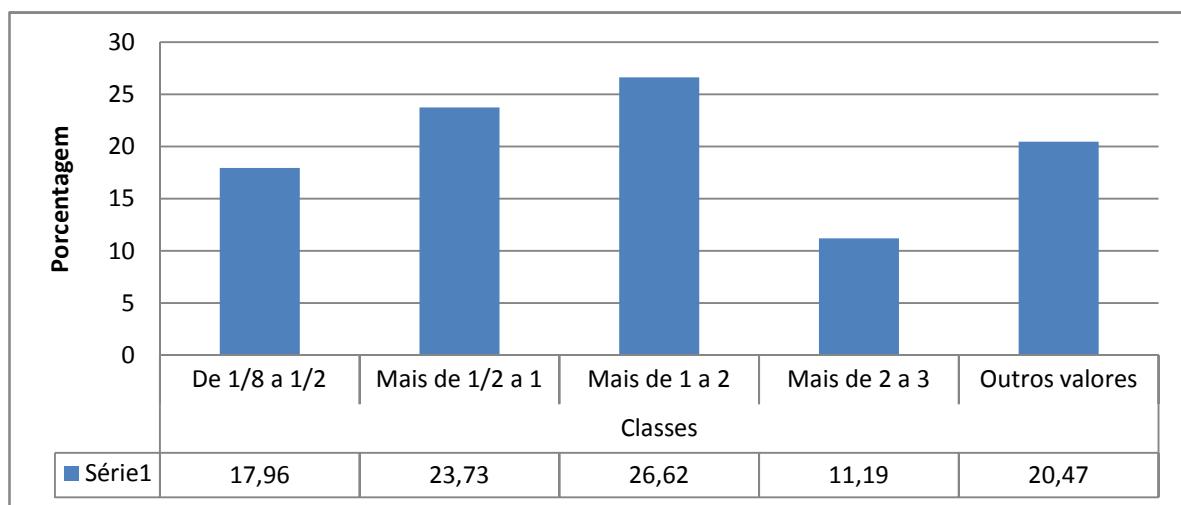
O Censo 2000 apontou um panorama do emprego formal em Conselheiro Lafaiete, relacionando a porcentagem de pessoas que trabalham com ou sem carteira assinada, bem como os valores dos rendimentos médios mensais. Com exposto no gráfico 13:

GRÁFICO 13 – Percentual de trabalhadores com e sem Carteira de Trabalho assinada, Conselheiro Lafaiete, 2000



Fonte: IBGE – Censo 2000.

GRÁFICO 14 – Classes do rendimento nominal mensal médio *per capita*, da famílias residentes em domicílios particulares, Conselheiro Lafaiete, 2000



Fonte: IBGE – Censo 2000.

TABELA 10 – População total e População Economicamente Ativa, Conselheiro Lafaiete, 2000

População total		PEA na semana de referência			Pessoas ocupadas na semana de referência		
% Homens	% mulheres	% em relação à população total	% Homens	% mulheres	% em relação à população total	% Homens	% mulheres
47,85	52,15	52,25	59,89	40,1	42,61	61,57	38,42

Fonte: IBGE – Censo 2000.

PEA = População Economicamente Ativa

Como visto, no gráfico 14 e na tabela 10, a maioria da população encontra-se empregada com carteira assinada, com rendimento mensal *per capita* entre um e dois salários mínimos. Mais da metade da PEA (população economicamente ativa) é constituída por homens, o que também se verifica quanto ao total de pessoas ocupadas à época do Censo 2000.

A título de comparação, diferentemente do que ocorreu no Vale do Aço, quando ocorreu a implantação das empresas Usiminas em Ipatinga e Acesita em Timóteo, Conselheiro Lafaiete, apesar de não sediar nenhuma grande indústria, mantém a liderança nas atividades definidoras de lugar central e pólo regional, papel que fora perdido por Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, para as cidades sedes das siderúrgicas citadas.

Perfil da população pendular

O Censo 2000 trouxe consigo algumas inovações, dentre as quais a inclusão de uma pergunta sobre o município em que a pessoa trabalhava ou estudava. Com base nisso foi possível traçar um perfil da população pendular na região, ou seja, determinar a quantidade de pessoas, que, residindo em um município, dirigem-se diariamente a outro próximo para trabalhar ou estudar, com base no ano 2000. A tabela 11, elaborada com base em dados do Censo e do Conselho para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP), mediante o estudo elaborado por BARBIERI, RUIZ *et. al.* (2010), mostra um poder de atração populacional significativo no município de Ouro Branco, e que este mesmo município ao lado de Conselheiro Lafaiete e Congonhas têm papel chave na distribuição da população regional.

Em 2000, Conselheiro Lafaiete apresentava-se como maior “fornecedor” de trabalhadores e estudantes. Mas há de se considerar que naquela época ainda não havia nesta cidade a quantidade de cursos superiores que se verifica dez anos depois. Por outro lado, também no espaço de uma década houve expansões nas siderúrgicas e mineradoras situadas em Ouro Branco e Congonhas, o que aumentou ainda mais a demanda de pessoas em suas áreas industriais. Somente o Censo 2010, quando divulgado, poderá trazer um quadro consistente a esse respeito.

TABELA 11 – População que trabalha ou estuda fora do município de residência, CODAP* e Entorno **, 2000

Origem	Destino						Total
	Congo-nhas	Cons. Lafaiete	Ouro Branco	CODAP***	Entorno CODAP***		
Congonhas	—	243	401	33	12	689	
Conselheiro Lafaiete	654	0	2.228	53	230	3165	
Ouro Branco	60	84	0	12	0	156	
CODAP***	170	67	65	94	20	416	
Entorno do CODAP***	17	427	100	15	61	620	
Total	901	821	2794	207	323	5046	

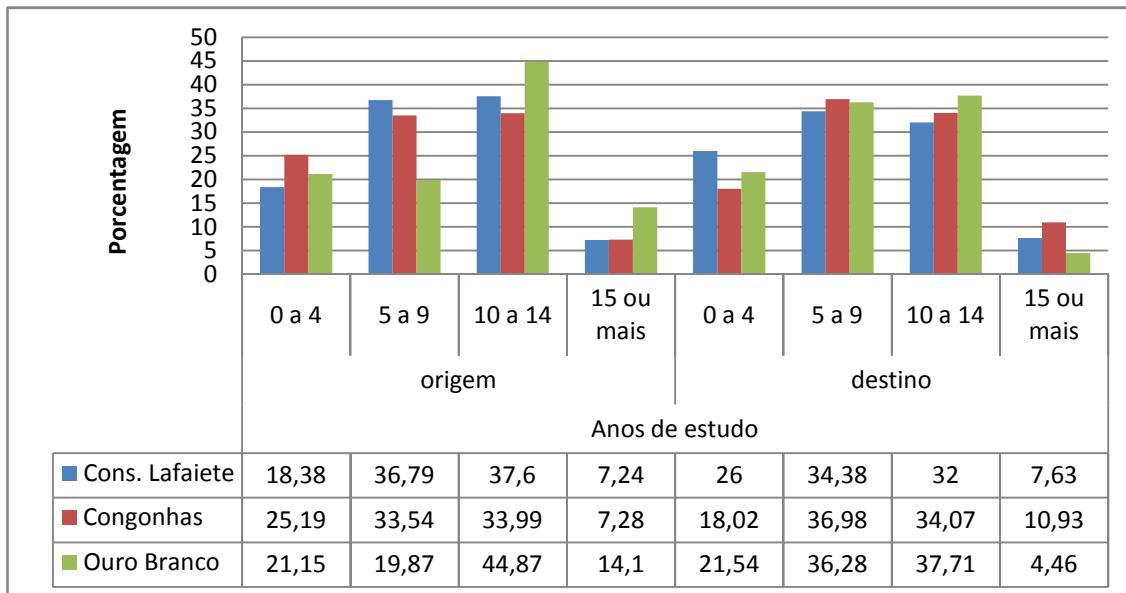
Fonte: IBGE, Censo 2000 e CODAP

* Municípios que compõem o CODAP: Belo Vale, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí

** Municípios que compõem o entorno do CODAP: Caranaíba, Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Cristiano Otoni, Desterro de Entre Rios, Itaverava, Piedade das Gerais, Queluzito e Santana dos Montes. *** Exceto Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco.

Quando se faz uma análise mais detalhada, chega-se à conclusão de que a maior parte dos migrantes está em idade de trabalho e já possui uma base escolar. Conselheiro Lafaiete era, em 2000, a cidade mais “exportadora” de mão-de-obra qualificada e/ou alunos do ensino superior, ao passo que Ouro Branco recebe a maior quantidade de pessoas com baixa escolaridade, seja para trabalhar ou estudar, conforme dados do gráfico 15.

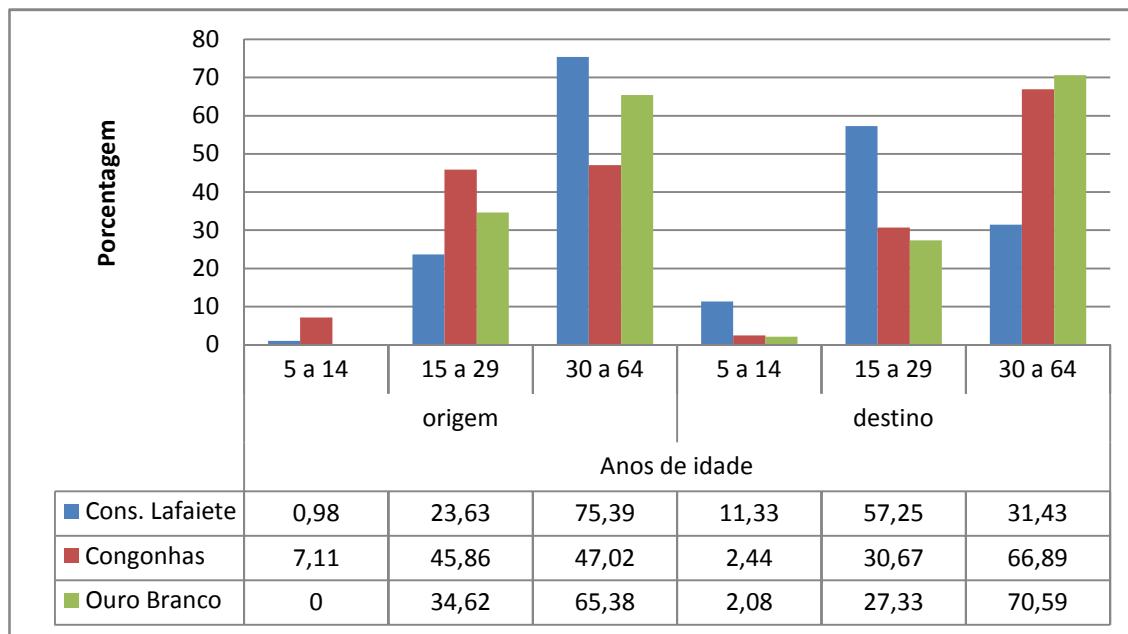
GRÁFICO 15 – Porcentagem da população que trabalha ou estuda fora do município de residência, por grupos de anos de estudo e por município, 2000



Fonte: IBGE, Censo 2000.

Ao considerar-se grupos de idade, é ainda mais evidente a “fuga” populacional dos habitantes lafaietenses em idade de trabalho, com ênfase para os que têm entre 30 e 64 anos, ao mesmo tempo em que a cidade é a maior receptora de migrantes pendulares entre 15 e 29 anos, ou seja, em idade de estudo, principalmente em cursos técnicos, profissionalizantes e superiores. O gráfico 16 demonstra essa realidade.

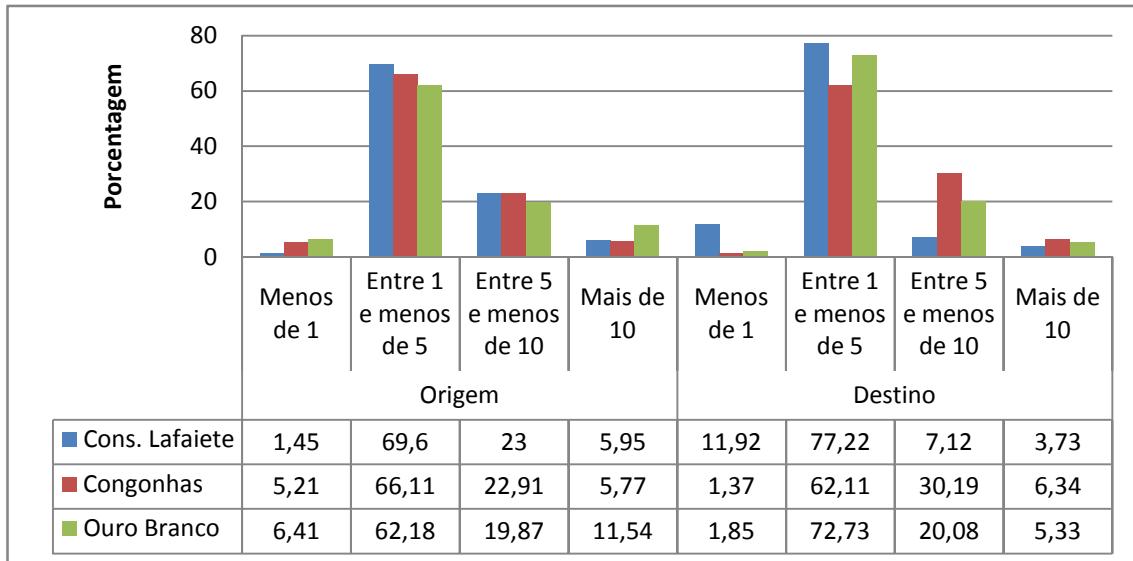
GRÁFICO 16 – Porcentagem da população que trabalha ou estuda fora do município de residência, por grupos de anos de idade e por município, 2000



Fonte: IBGE, Censo 2000.

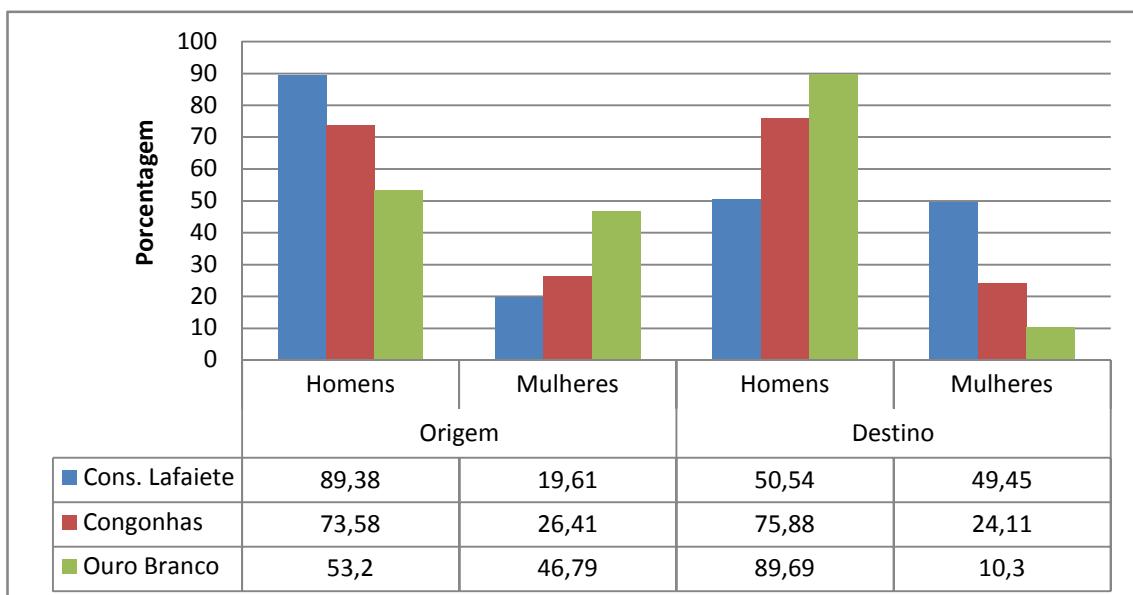
Os gráficos 17 e 18 apresentam dados sobre salários e sexo dos migrantes pendulares, respectivamente, para o ano 2000. A análise desses números permite chegar à conclusão de que esse grupo de pessoas recebe em média entre um e cinco salários mínimos. Dentre os que recebem mais de 10 salários mínimos a parcela maior é daqueles que emigram de Ouro Branco. Os salários pagos em Conselheiro Lafaiete são relativamente menores do que os oferecidos na vizinhas Congonhas e Ouro Branco. Dentre os migrantes pendulares lafaietenses sua maioria é constituída de homens, ao passo que a cidade recebe mais mulheres que também praticam esse tipo de migração; mais uma prova da importância do comércio de dos serviços para a economia local.

GRÁFICO 17 – Porcentagem da população que trabalha ou estuda fora do município de residência, por classes de salário mínimo individual mensal, por município, 2000



Fonte: IBGE, Censo 2000.

GRÁFICO 18 – Porcentagem da população que trabalha ou estuda fora do município de residência, por sexo e por município, 2000⁹



Fonte: IBGE, Censo 2000.

⁹ Os números absolutos são ainda mais claros na relação entre migrantes pendulares nas três cidades citadas. De Conselheiro Lafaiete, saem mais de 2.800 homens para trabalho ou estudo e Ouro Branco recebe um coeficiente de mais de 2.500 desse tipo de migrantes.

Em síntese, pode-se concluir que a maior parte da população migrante pendular é constituída por homens, em idade de trabalho, recebendo em média entre um e cinco salários mínimos, com escolaridade entre cinco e 14 anos, ou seja, entre a 5^a série do Ensino Fundamental (atualmente chamada 6º ano) e a 3^a série do Ensino Médio. Ouro Branco é o município que mais recebe esse tipo de migrantes e Conselheiro Lafaiete o município que mais cede população pendular.

Uma hipótese plausível que advém desses números permite afirmar que os homens em idade de trabalho migram para Ouro Branco e Congonhas em virtude das grandes empresas lá instaladas, constituindo, em sua maioria, a massa assalariada, os operários, ocupando cargos no “chão de fábrica”. Tal hipótese legitima o fato, já discutido anteriormente, de que a maioria dos trabalhadores dessas empresas, mesmo os que vêm de fora, prefere fixar residência em Conselheiro Lafaiete; fato já citado por Costa (s.d.).

Também se considera a proximidade Belo Horizonte, o que propicia também uma migração pendular em direção à capital mineira para trabalho ou estudo. Em geral homens entre 20 e 30 anos e mulheres entre 15 e 24 anos, tendo pelo menos completado o Ensino Fundamental, para receberem, em média, entre 1 e 5 salários mínimos, segundo o Censo 2000.

UMA ANÁLISE SOBRE FORMA E ESTRUTURA URBANAS

Como visto, a cidade em estudo apresentou um crescimento demográfico significativo no período entre a última década do século XX e a primeira do XXI. Os fatores que potencialmente levaram a esse crescimento já foram discutidos no capítulo anterior. A partir daqui apresentar-se-á os impactos sobre formas e estruturas urbanas.

A forma urbana diz respeito ao aspecto visível, ao arranjo espacial da cidade. À diferenciação entre áreas de classes baixas e altas, comerciais, industriais e residenciais, etc. A estrutura é tudo aquilo que a cidade deve oferecer em termos de serviços básicos urbanos, como saúde, educação, lazer, transporte, saneamento e outros,

O crescimento populacional obriga que haja também um crescimento urbano, ou seja, uma expansão da cidade, que se dá tanto pela ocupação dos vazios urbanos, que são espaços localizados dentro da área urbana consolidada, mas ainda vagos, quanto pela expansão das fronteiras urbanas, no que se poderia chamar de espalhamento da cidade.

As áreas periféricas são, normalmente, ocupadas pela população de baixa renda, nelas, não raramente, faltam equipamentos urbanos — estruturas — como saneamento, transporte e outros.

As imagens a seguir, mostram o crescimento urbano de Conselheiro Lafaiete, com bairros surgidos entre as décadas de 1990 e 2000 sobretudo nos últimos anos¹⁰.

¹⁰ As fotografias sem indicação de fonte foram coletadas pelos próprios autores do trabalho em outubro de 2010. E todas as imagens de satélite têm como fonte o software *Google Earth*. Todas as delimitações nas fotografias são aproximadas.



Figura 3 – Mancha urbana de Conselheiro Lafaiete, 2006



Figura 4 – Conselheiro Lafaiete, 2006, Bairro Amaro Ribeiro e adjacências

Na figura 4, os números 1 a 6 representam bairros novos, surgidos e/ou povoados após 1990 e o número 7 refere-se ao bairro Paulo VI, de ocupação bem mais antiga. O bairro Amaro Ribeiro (1), ainda que tenha sido criado antes de 1990, teve sua ocupação intensificada nos últimos anos. Um dos maiores problemas do bairro, acentuado pela ocupação antrópica é a quantidade de erosões do tipo voçoroca, o que, dentre outros problemas, provoca o assoreamento do Córrego Amaro Ribeiro, um dos principais afluentes do ribeirão Bananeiras, havendo inclusive vários pontos de alagamento ao longo de seu leito, cuja planície de inundação em alguns pontos já foi tomada pela ocupação humana. Os números 2, 3, 4 e 5 respectivamente, referem-se aos bairros Copacabana, Parque dos Ferroviários, São Geraldo, Copacabana e Jardim Europa; todos de ocupação recente. Já o número 6 representa a área do Distrito Industrial, às margens da rodovia BR 040, um espaço destinado à fixação de indústrias de pequeno e médio porte.

Abaixo, a figura 5 mostra a região do bairro Amaro Ribeiro, na porção sul da cidade, com destaque para uma grande atividade erosiva do tipo voçoroca; aliás, toda essa região é bastante susceptível a esse tipo de erosão. Com o crescimento urbano dos últimos anos, as casas foram chegando cada vez mais próximas a essas áreas de risco.

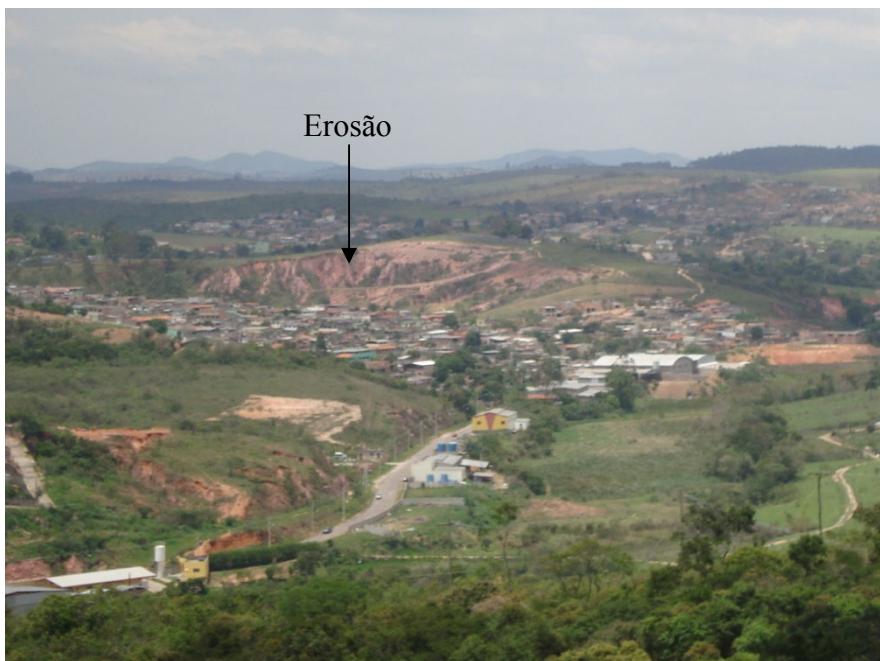


Figura 5 – Conselheiro Lafaiete, 2010: porção sul, região do bairro Amaro Ribeiro

A seguir, outras áreas de crescimento urbano. A primeira delas é o bairro Bom Pastor, que em 2006 era apenas uma área de vegetação rasteira e arbustiva e agora é um bairro de casas populares (**fig. 6**). Também aqui, a exemplo da região do Amaro Ribeiro, ocorre ocupação de áreas de risco geológico; pela imagem de satélite e pelas fotos pode-se ver áreas de escorregamento de massa próximas às áreas construídas. No caso do Bom Pastor, a prefeitura licenciou o empreendimento somente depois de exigir garantias, por parte da empresa construtora, de que esta desenvolveria medidas de contenção da erosão, mas tais medidas não foram completamente implantadas até o presente momento. Já nos bairros Nossa Senhora da Guia e São Jorge, a questão principal é a falta de estrutura urbana básica, como pavimentação e saneamento,



Figura 6 – Conselheiro Lafaiete, 2006: Bairros Nossa Senhora da Guia, São Jorge e Bom Pastor

Os números na figura 6 indicam: 1- Bairro Nossa Senhora da Guia; 2- Bairro São Jorge; 3- Área do bairro Bom Pastor. A figura 7, mostra o bairro

Bom Pastor em 2010, destacando a presença de uma voçoroca ativa próxima às casas.



Figura 7 – Conselheiro Lafaiete, 2010: Bairro Bom Pastor.

As próximas áreas apresentadas são os bairros Topázio e Parque das Acáias, situados na parte sudoeste da cidade (**Fig. 8**). O crescimento desses bairros traz consigo a preocupação com a degradação ambiental. No Topázio, em relação à mata chamada Meia Lua e no Parque das Acáias em relação às nascentes e cursos d'água lá existentes, havendo, nesse último, muitas construções irregulares, em áreas de preservação permanente.



Figura 8 – Conselheiro Lafaiete, 2006: Bairros Topázio e São Dimas.

Outras áreas em que também se verifica a proliferação de novos bairros são a região da Barreira e o entorno dos bairros São Judas Tadeu, Gigante e Moinhos. A figura 9 mostra os bairros da região da Barreira, às margens da rodovia BR 040, onde há forte presença de empreendimentos comerciais como oficinas, lanchonetes, concessionárias e demais estabelecimentos voltados para compra, venda e conserto de automóveis.



Figura 9 – Conselheiro Lafaiete, 2006: Região da Barreira.

Os números na figura 9 indicam os seguintes bairros: 1- Cidade Satélite, 2- Santa Terezinha, 3- São Benedito, 4- Lima Dias, 5- Parque Santa Luzia, 6- Santa Cruz e 7- Siderúrgico.

A figura 10 mostra os bairros da Região dos Moinhos, também uma área que tem apresentado significativo crescimento urbano.



Figura 10 – Conselheiro Lafaiete, 2006 – Região dos Moinhos

Na figura 10 os números indicam os seguintes bairros: 1- São José, 2- Sion, 3- Santa Maria, 4- Jardim do Sol, 5- Moinhos, 6- Jardim das Flores, 7- Área do atual bairro Bela Vista e 8- Real de Queluz, dentre os quais o que se indica com o número 5 foi o primeiro núcleo de povoamento, a partir do qual surgiram os outros. O bairro Bela Vista, que na época em que a imagem foi coletada estava apenas na terraplanagem atualmente é um bairro de casas populares. A região é uma das mais pobres da cidade.

A figura 11 mostra a região do bairro Gigante, na parte noroeste da cidade, onde também está havendo abertura de novos loteamentos.



Figura 11 – Conselheiro Lafaiete, 2006 – Bairros Gigante e adjacências.

Os números na figura 11 indicam: 1- bairro Gigante, 2- condomínio Granja das Hortências, 3- área do atual bairro Alto Espanhol e 4- área do atual bairro Novo Horizonte, o mais novo loteamento da cidade (**fig. 12**).



Figura 12 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Bairro Novo Horizonte, o mais novo loteamento da cidade, aberto em 2010.

Os bairros Morada do Sol e Parque Recanto da Hípica (**fig. 13**) também têm apresentado crescimento e valorização de seus imóveis, principalmente após o anúncio de obras próximas a essas áreas, como o novo pronto socorro municipal, às margens da rodovia MG 129 e a avenida perimetral, anunciados pelo Governo do Município em 2009.



Figura 13 – Conselheiro Lafaiete, 2006 – Bairro Morada do Sol.

Também os vazios urbanos têm sido preenchidos, nesse processo de expansão urbana. Bairros como o Santo Agostinho (**fig. 14**), o Funcionários (**fig. 17**) e o Alto Espanhol (**fig. 11**) são exemplos disso. No caso desses dois últimos, áreas íngremes e próximas a atividades erosivas vêm sido ocupadas. A figura 14 mostra o bairro Santo Agostinho em 2006, cuja área está delimitada por uma borda amarela.



Figura 14 – Conselheiro Lafaiete, 2006 – Área do bairro Santo Agostinho.

A imagem de 2006 já mostra o traçado das ruas do bairro Santo Agostinho, ainda sem pavimentação ou ocupação antrópica. Quatro anos depois, já é significativo o número de moradias no bairro e muitas outras estão em construção, conforme mostram as figuras 15 e 16.



Figura 15 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Vista parcial do bairro Santo Agostinho (1)



Figura 16 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Vista parcial do bairro Santo Agostinho (2)

A figura 17 refere-se ao bairro Funcionários, no início da abertura do arruamento, ainda sem pavimentação. A área apresenta topografia íngreme, mas mesmo assim foi pavimentada e ocupada.



Figura 17 – Conselheiro Lafaiete, 2006 – Áreas do bairro Funcionários.

A ocupação do Funcionários, além de se dar em área íngreme, como salientado também apresenta áreas em que o arruamento se aproxima de locais de atividades erosivas, conforme mostram as figuras 18 e 19.



Figura 18 – Conselheiro Lafaiete, 2010: Vista parcial do bairro Funcionários.



Figura 19 – Conselheiro Lafaiete, 2010: Atividade erosiva no bairro Funcionários.

A seguir as figuras 20 e 21 mostram a realidade do bairro Alto Espanhol em 2010. Também de topografia íngreme, o bairro recentemente aberto já está sendo ocupado, com casas e edifícios. Em 2006, toda a área do bairro era apenas um pasto (**fig. 11**).



Figura 20 – Conselheiro Lafaiete, 2010: Vista parcial do bairro Alto Espanhol.



Figura 21 – Conselheiro Lafaiete, 2010: Ocupação do bairro Alto Espanhol.

Todo esse processo de crescimento urbano provoca uma maior especulação imobiliária, que eleva o preço dos imóveis, consequentemente, o espaço torna-se mais valorizado. Essa é uma das razões pelas quais a cidade de Conselheiro Lafaiete tem exibido uma verticalização nas construções cada

vez maior, ou seja, surgem a cada dia mais edifícios, não só na área central ou comercial, mas também nas áreas residenciais.

A grosso modo, pode-se entender esse fenômeno da seguinte maneira: se a população cresce e é urbanizada precisa-se de mais espaço para abrigá-la dentro da própria cidade; se esses espaços tornam-se cada vez mais valorizados, é natural que surjam “várias casas” num mesmo terreno: os edifícios.

As imagens 22 e 23 mostram alguns exemplos da verticalização das construções na área central da cidade. Todos esses edifícios são posteriores a 1990, a maior parte deles dos últimos cinco anos.



Figura 22 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Verticalização das construções no centro da cidade, Avenida Telésforo Cândido de Rezende.



Figura 23 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Verticalização das construções no centro da cidade, Rua Desembargador Dayrell de Lima.

Para legitimar a questão da verticalização acentuada, as imagens 23 e 25, apresentadas em seqüência, permitem analisar uma mesma área, ainda que por ângulos diferentes, nos anos de 2007 e 2010 respectivamente. Percebe-se a proliferação de edifícios no bairro popularmente chamado BNH. O local permite uma visão panorâmica de grande parte da cidade. Porém esses prédios encontram-se localizados em uma área de preservação permanente – APP, em decorrência de sua declividade acentuada.



Figura 24 – Conselheiro Lafaiete, 2007 – Parte do centro da cidade (1).



Figura 25 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Parte do centro da cidade (2).

A figura 26 mostra grande parte da área central de Conselheiro Lafaiete, a verticalização, ainda que tardia em relação a cidades do mesmo porte, é algo notório nos últimos anos.



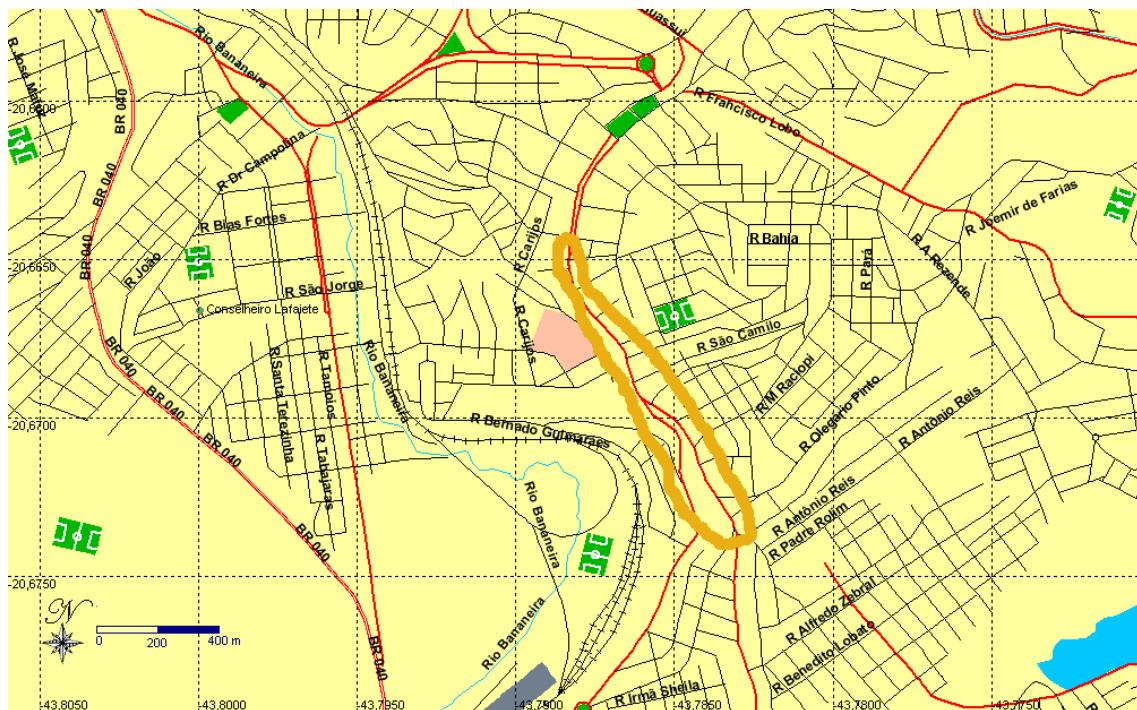
Figura 26 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Vista parcial do centro¹¹

Além da verticalização outro fenômeno importante, cuja ocorrência se pode verificar é a formação de subcentros, que são regiões dentro da área urbana que concentram certa quantidade de serviços e atividades, de forma que a população de seu entorno possa convergir para ela, em vez de ter que dirigir-se unicamente para o centro já consolidado da cidade, onde está concentrado o comércio e outras atividades.

Os subcentros desenvolvem-se em regiões populosas para atender às suas necessidades urbanas básicas de forma mais rápida, dinâmica e prática. Em Conselheiro Lafaiete, visivelmente se pode perceber a formação de dois subcentros, um no bairro São João (**mapa 8**), principalmente ao longo da rua Arthur Bernardes e o outro no bairro Chapada (**mapa 9**), cujo eixo principal é a rua Duque de Caxias.

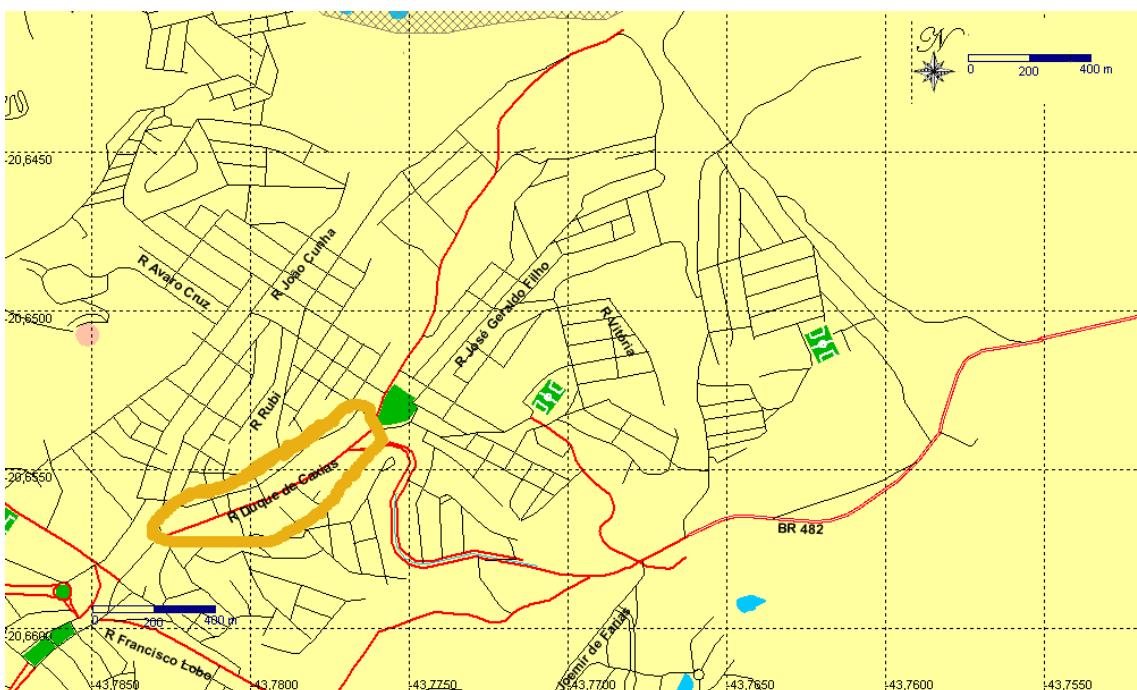
¹¹ A baixa movimentação no trânsito se deve ao fato de a foto ter sido tirada em um feriado.

Em ambos o comércio é forte, contando com estabelecimentos de vários ramos, além de outros empreendimentos, como consultórios, clínicas, laboratórios e outros.



Mapa 8 – Conselheiro Lafaiete: formação de subcentros – São João.

Fonte: GPS TrackMaker (2010)



Mapa 9 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Formação de subcentros: Chapada.

Fonte: GPS TrackMaker (2010)

As figuras 27 e 28 mostram a dinâmica no subcentro da Chapada, com lojas de variados ramos e um trânsito bastante intenso.



Figura 27 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Subcentro Chapada (1).



Figura 28 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Subcentro Chapada (2).

Quanto aos equipamentos urbanos, o maior problema de Conselheiro Lafaiete refere-se ao seu trânsito. Verifica-se na cidade em análise o que Santos (2005) aponta: velhas estruturas, representativas de necessidades do passado, ineficientes para as necessidades do presente. Um grave problema é a superlotação de veículos no centro da cidade. Uma medida que poderia diminuir esse “caos” seria a existência de vias que permitissem ir de bairro a bairro sem passar pela região central, mas as poucas que existem não estão em boas condições de pavimentação e estão longe de serem vias de tráfego rápido.

Para verificar um dos impactos dessa situação, Duarte e Costa (2009) realizaram em 2008 uma pesquisa em que foram coletados dados sobre poluição sonora no centro de Conselheiro Lafaiete. Os índices permitem que se percebam os horários em que o trânsito é mais intenso, coincidente com os horários em que os indicadores de poluição sonora são mais elevados. A coleta de dados desses autores se deu em dois dias, uma sexta-feira e um sábado. As tabelas 12 e 13 mostram esses indicadores.

Tabela 12 – Poluição sonora na região central de Conselheiro Lafaiete, 2008

Local	Período	Dia da semana	Indicador ¹²
Av. Telésforo Rezende	08h às 09h	Dias úteis	Prejudicial
		Sábado	Prejudicial
	13 às 15h	Dias úteis	Prejudicial
		Sábado	Prejudicial
	17h às 18h	Dias úteis	Prejudicial
		Sábado	Moderado

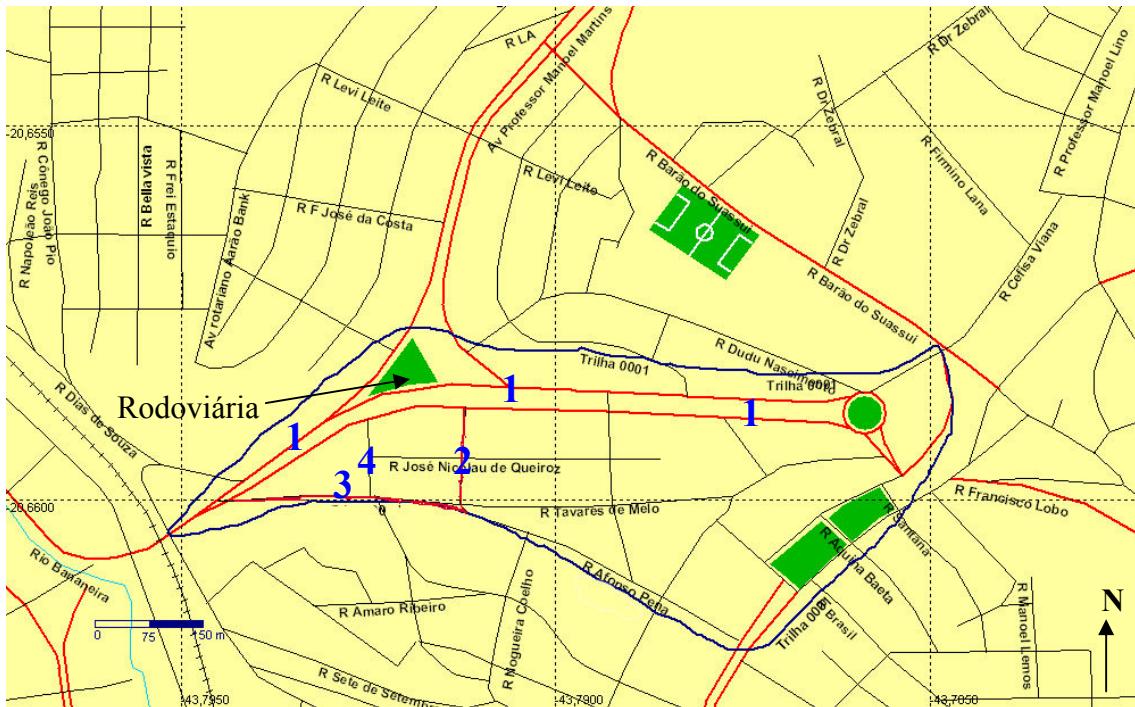
¹² Os indicadores de poluição sonora são dados pela Norma 10.151 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Aceitável: entre 50 e 65 db (decibéis); Moderado: entre 65 e 70 db; Prejudicial: acima de 70 db.

Rua Homero Seabra	08h às 09h	Dias úteis	Prejudicial
		Sábado	Prejudicial
	13 às 15h	Dias úteis	Prejudicial
		Sábado	Prejudicial
	17h às 18h	Dias úteis	Prejudicial
		Sábado	Aceitável
Rua Deputado Antônio Franco Ribeiro	08h às 09h	Dias úteis	Aceitável
		Sábado	Aceitável
	13 às 15h	Dias úteis	Moderado
		Sábado	Prejudicial
	17h às 18h	Dias úteis	Moderado
		Sábado	Moderado
Rua Melo Viana	08h às 09h	Dias úteis	Aceitável
		Sábado	Aceitável
	13 às 15h	Dias úteis	Moderado
		Sábado	Prejudicial
	17h às 18h	Dias úteis	Moderado
		Sábado	Aceitável

Fonte: Duarte e Costa (2009).

O que se pretende com a tabela acima não é discutir esses índices do ponto de vista da saúde pública, uma vez que não é este o foco do trabalho,

mas utilizá-los com indicadores dos horários de trânsito mais intenso na região central da cidade. O comércio é o grande responsável por esses indicadores, já que essa região é, justamente, onde se encontra a maior concentração de comércio e serviços em Conselheiro Lafaiete, tanto que no sábado à tarde, depois do fechamento do comércio, os índices são reduzidos. O mapa 10 mostra as áreas em que se deu a pesquisa de Duarte e Costa (2009).



Mapa 10 – Conselheiro Lafaiete, 2010 – Região central.

Fonte: GPS TrackMaker (2010)

Os números no mapa 10 indicam: 1- Avenida Telésforo Cândido de Rezende, 2- Rua Deputado Antônio Franco Ribeiro, 3- Rua Melo Viana e 4- Rua Homero SEABRA. A área demarcada em azul indica aproximadamente o centro comercial.

Conselheiro Lafaiete tem em 2010 uma frota estimada em mais de 41 mil veículos, segundo o IBGE (2010). Não se pode também deixar de considerar os veículos de outras cidades que vêm à cidade analisada. Como Conselheiro Lafaiete tornou-se pólo educacional para toda a microrregião e mesmo para cidades fora dela, nos horários de início e término das aulas, especialmente do turno da noite, é notório o aumento na quantidade de

veículos do tipo vans, microônibus, ônibus e mesmo automóveis particulares. Tudo isso gera um impacto sobre a estrutura viária que já é defasada.

Em 2009, o Governo Municipal anunciou algumas obras para tentar resolver essa problemática no trânsito. Segundo a Prefeitura, serão construídas avenidas perimetrais, formando um anel rodoviário. Uma das obras ligará a BR 482 à BR 040, passando pela MG 129, cortando os bairros Lima Dias, Morada do Sol e Morro da Mina e acompanhando o caminho de uma ferrovia desativada. Faz parte dessa obra também o prolongamento da avenida Professor Manuel Martins. Outra obra anunciada a longo prazo é de uma avenida que ligue a BR 482 à BR 040, desembocando nesta, próximo ao aeroporto das Bandeirinhas.

Todos os processos discutidos neste capítulo são do crescimento urbano e demográfico de Conselheiro Lafaiete, conforme mostrada no capítulo anterior, além de legitimarem o fato de que a cidade em estudo mantém seu papel de cidade pólo, podendo ser classificada como uma cidade média, a qual, dentre outros fatores, apresenta alguns dos problemas urbanos dos grandes centros, porém em menor escala.

PERSPECTIVAS FUTURAS: PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS

Em abril de 2010 Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais – CEDEPLAR publicou um trabalho elaborado por Barbieri *et. al.* (2010), desenvolvido para o Conselho de Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP. Tal estudo é bastante vasto, contemplando toda a região. Ao final foram apresentadas algumas projeções para os campos da demografia e da economia, conforme se apresentará neste capítulo de forma bastante resumida.

Economicamente prevê-se um aumento no Produto Interno Bruto – PIB de todos os municípios do CODAP, alavancado pela previsão de novos investimentos na região pelas grandes empresas nela sediadas, dentre novas instalações e expansão de instalações já existentes, como mostra a tabela 13.

TABELA 13 – Investimentos da região do CODAP

Cenário	Projeto	Localização	Instalação
Cenário confirmado	Vallourec Sumitomo do Brasil	Jeceaba	2011
	CSN Casa de Congonhas Pedra	Congonhas	2011
	CSN Namisa	Congonhas	2011
	Ferrous	Congonhas	2015
Cenário otimista	CSN Siderúrgica	Congonhas	2015
	Gerdau Açominas	Ouro Branco	2015

Fonte: CODAP

O estudo não considerou ainda a instalação de uma nova unidade da CSN em São Brás do Suaçuí, anunciada em outubro de 2010.

A concretização desses investimentos significa aumento de renda para os cofres públicos e para os habitantes, além de consistir em fatores capazes de atrair ainda mais população para a região, em vista da oferta de mão-de-obra que se fará necessária.

Sobre a demografia o Ruiz *et. al* (2010) elaborou ainda três quadros, baseados em cenários possíveis, um com cenário baixo, outro com cenário alto e um terceiro com cenário provável (**tab. 14**). Foram levados em conta dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 para se projetar os três cenários, considerando fatores como taxa de crescimento, natalidade, fecundidade, mortalidade e migração.

TABELA 14 – Projeções populacionais por ano e por município

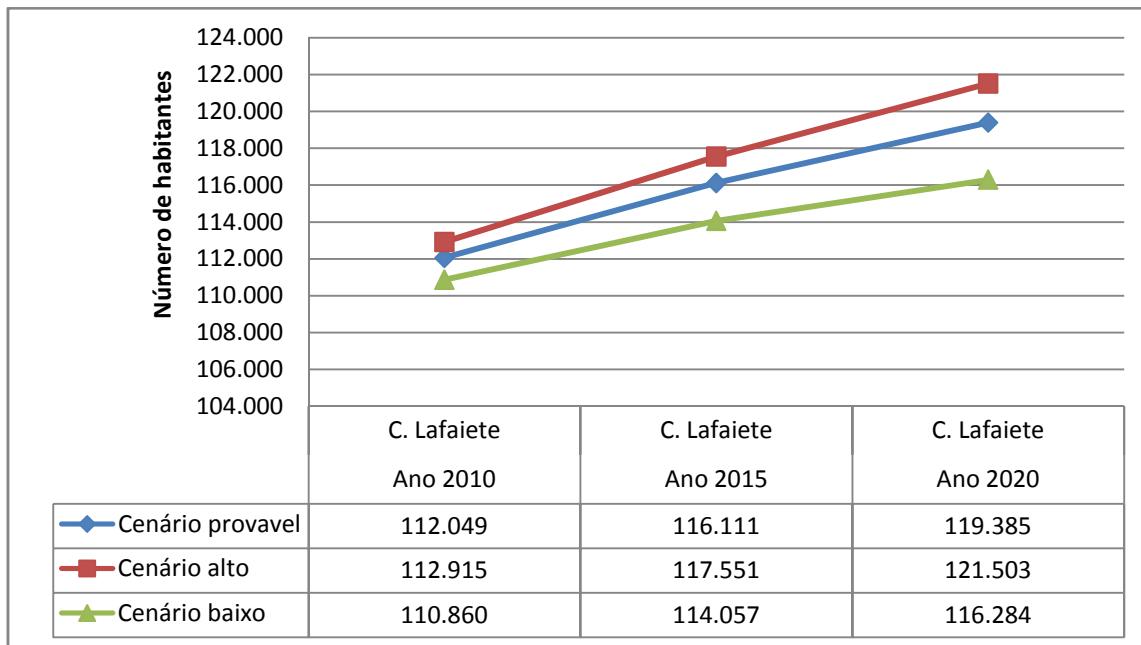
Cenários	2010			2015			2020		
	Cons. Lafaiete	Ouro Branco	Congo- nhas	Cons. Lafaiete	Ouro Branco	Congo- nhas	Cons. Lafaiete	Ouro Branco	Congo- nhas
Provável	112.049	32.336	45.198	116.111	33.240	46.935	119.385	33.944	48.335
Alto	112.915	32.553	45.568	117.551	33.550	47.551	121.503	34.399	49.241
Baixo	110.860	32.111	44.689	114.057	32.798	46.056	116.284	33.277	47.009

Fonte: Ruiz *et. al.* (2010)

A tabela 14 mostra uma perspectiva de crescimento demográfico para os três municípios apresentados. Isso é consequência do quadro econômico igualmente próspero projetado para o mesmo período na região. Também as oportunidades de emprego que serão oferecidas, caso se confirme o cenário previsto segundo a tabela 13, constituem um grande fator de atração demográfica. Segundo o autor, repetir-se-á o que ocorreu à época da instalação da Açominas em Ouro Branco: ainda que nenhum dos grandes empreendimentos tenha sido instalado em Conselheiro Lafaiete, é neste

município que se projeta o maior crescimento demográfico e consequente crescimento urbano. A seguir, o gráfico mostra a projeção exclusivamente para Conselheiro Lafaiete, nos anos de 2010, 2015 e 2020.

GRÁFICO 19 – Conselheiro Lafaiete, projeções demográficas por ano



Fonte: Ruiz et. al (2010)

Pelo gráfico 19 é fácil perceber uma projeção de crescimento bastante vertiginosa no período de uma década, entre 2010 e 2020. Na verdade, mesmo as previsões para o cenário alto já foram superadas no ano de 2010, conforme resultados preliminares do Censo Demográfico do mesmo ano. Segundo o IBGE Conselheiro Lafaiete tem 115.578 habitantes em 2010; um aumento de mais de 12.700 moradores em relação ao Censo 2000. Na projeção de Ruiz et. al (2010), segundo indicadores dos Censos de 1991 e 2000, essa população só seria atingida perto de 2013, no cenário considerado como mais provável.

De maneira simplória, pode-se concluir que a região cresce além das perspectivas. Ainda segundo o Censo 2010, Congonhas tem 46.762 habitantes e Ouro Branco 34.643. Ambas também acima do cenário provável estipulado por Ruiz et. al (2010). Outro fato constatado é a manutenção do papel de cidade pólo por Conselheiro Lafaiete, já que seu crescimento, novamente foi o maior da microrregião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Depois de tantos dados expostos e tantas discussões propostas é possível afirmar que a cidade de Conselheiro Lafaiete, escolhida para estudo de caso, experimenta um crescimento tanto demográfico quanto urbano, que se tem mostrado bastante intenso no período proposto para análise, ou seja, a partir de 1990.

Historicamente Conselheiro Lafaiete vem exercendo seu papel de polarizadora dos núcleos urbanos adjacentes. Desde a decadência do período aurífero das Minas Gerais tem fortalecido seu comércio, do qual sua economia é dependente em grande parte.

Também no campo da prestação de serviços a cidade estudada tem revelado melhorias nos índices, o que pode ser interpretado como fruto da tomada de consciência por parte dos habitantes, sobretudo os mais jovens, da necessidade de qualificação para adentrar ao mercado de trabalho, que não região mostra-se bastante amplo, mas não menos exigente. Não por acaso, surgiram e proliferaram-se cursos superiores, técnicos e escolas profissionalizantes. Mais uma vez aí Conselheiro Lafaiete absorve grande demanda advinda de seu entorno, uma vez que nas cidades vizinhas há carência desse tipo de cursos, oferecendo-se nelas ou somente o ciclo básico escolar ou uma quantidade reduzida de cursos profissionalizantes ou superiores e técnicos.

Quanto ao mercado de trabalho, o cenário, como já dito, é próspero em toda a região. Enquanto municípios vizinhos baseiam sua economia na atividade industrial, Conselheiro Lafaiete, por sua vez, depende grandemente de seu setor de comércio e serviços, apontado por pesquisa da revista Veja como a 23^a economia baseada no comércio de maior prosperidade no Brasil, com crescimento médio anual do PIB de 5,1%.

Em decorrência de todos esses fatores econômicos e demográficos, tem-se intensificado também o crescimento urbano, ou seja, a expansão da

cidade, que já atinge até mesmo terrenos de topografia íngreme e áreas de risco geológico, além de aumentar o processo de favelização em áreas periféricas.

Em face de tudo o que foi exposto é possível perceber com clareza que Conselheiro Lafaiete preenche bem os critérios adotados para a caracterização de cidades médias. Além de polarizar sua região, verifica-se na cidade em análise o aparecimento de problemas típicos dos grandes centros urbanos, porém em menor escala.

Além de tudo, o cenário que se projeta para os próximos anos desponta bastante promissor, com perspectivas de geração de um grande volume de empregos e, consequentemente renda. Isso deve dar prosseguimento, ou mesmo aceleração, ao processo de crescimento urbano e demográfico. Nesse sentido o município deve se planejar de forma mais eficiente para absorver de maneira positiva os impactos desse crescimento previsto.

Após todas essas análises pode-se dizer que a cidade constituiu espaço intrigante, passível de ser estudado sob a ótica de variados ramos da ciência, mas parece ser mais viável à Geografia, que busca interpretar todos os fenômenos intra-urbanos sob a ótica da espacialidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. *Um esquema metodológico para o estudo das Cidades Médias*. In: II Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte, 1976.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In. ANDRADE, T. A. e SERRA, R.V. *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo1_evolucao.pdf>. Acesso em jul. 2009.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. *Os limiares demográficos na caracterização de cidades médias*. In: XIII Encontro da ABEP. Ouro Preto: 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/2002/GT_MIG_ST25_Amorim_texto.pdf>. Acesso em abr. 2009.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. *Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais*. Editora UFPR: Curitiba, 2007. p. 7-18. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewFile/7784/9076>> . Acesso em 02 nov. 2009.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Urbano Estratégico. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Belo Horizonte: FJP, s.d.

BALLESTEROS, Aurora. Ciudad e empleo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandre e LEMOS, Andréia Inês Geraiges. *Dilemas Urbanos*. São Paulo: Cotexto, 2003.

BARBIERI, Alisson F.; RUIZ, Ricardo Machado et. al. *Plano de Desenvolvimento Regional para o Alto Paraopeba*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2010.

CARRERAS, Carles. La ciudad e la criación de empelo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandre e LEMOS, Andréia Inês Geraiges. *Dilemas Urbanos*. São Paulo: Cotexto, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

CLARK, David. *Introdução à Geografia Urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

COSTA, Eduarda Marques da. *Cidades médias: contributos para sua definição*. Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-74/74_05.pdf>. Acesso em 04 nov. 2009.

COSTA, Heloisa S. M. e COSTA, Geraldo M. *Ouro Branco/Açominas, um último capítulo da história da produção de espaço para a indústria?* VI Enc. Nac. da ANPUR, maio de 1997.

COSTA, Geraldo Magela; FLORES, Carlos Eduardo. *Urbanização, mudanças populacionais, socioespaciais e da composição do emprego em áreas economicamente dinâmicas: o caso da área de influencia da Açominas – Minas Gerais*. (s.d).

DUARTE, Fábio Lúcio; COSTA, Marcos Antônio da. *Diagnóstico do nível de poluição sonora no centro comercial: um estudo sobre o município de Conselheiro Lafaiete*. Conselheiro Lafaiete: FaSaR, 2009.

GARCIA, Ricardo Alexandrino e NOGUEIRA, Marli. *A inserção das cidades médias mineiras na rede urbana de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A100.pdf>. Acesso em 15 ago. 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1991. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil Municipal. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina: uma contribuição teórica.* Disponível em: <<http://www.cebrap.org.br/> Arquivos/capitalismo_dependencia_e_marginalidade.pdf>. Acesso em 12 nov. 2009.

LAFAIETE tem menor renda per capita da região. Jornal Correio da Cidade. Disponível em <http://www.jornalcorreiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=557:lafaiete-tem-renda-per-capita-mensal-de-r-7134&catid=40:politica&Itemid=2>. Acesso em 01 out. 2010.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MAPA do Mercado de Trabalho: Estrutura e evolução da ocupação formal em Minas Gerais. Belo Horizonte: FJP, 2008.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.* Trad.: SILVA, Neil R. da. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto Alves. *Redefinição da centralidade urbana em cidades médias.* In: Revista Sociedade e Natureza. Jun. 2008. p. 205-220. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/5n/v20n/a14v20n1.pdf>>. Acesso em 19 out. 2009.

O BRASIL em dez vocações. *Veja.* 2180. ed. ano 43. n. 45. São Paulo: Abril, 01 set. 2010. p. 126-131.

PEREIRA, Fabiano Maia; LEMOS, Mauro Borges. *Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais.* In: Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 33 n. 1. abr. 2003. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/issue/view/>>. Acesso em 01 ago. 2009.

PERFIL do emprego formal – Conselheiro Lafaiete, janeiro de 2003 a setembro de 2010. Disponível em <<http://www.trabalho.gov.br>>. Acesso em 06 nov. 2010.

REMY, Jean e VOYÉ, Lilian. *La ciudad e la urbanización*. Madri: Instituto de Estúdios de Admistración Local, 1976.

SANTOS, Milton. *Economia espacial*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: EdUsp. 2005.

SHERER, Rebeca. A cidade e a criação de emprego. In: CARLOS, Ana Fani Alessandre e LEMOS, Andréia Inês Geraiges. *Dilemas Urbanos*. São Paulo: Cotexto, 2003.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 14. ed. rev. São Paulo: Contexto, 1998.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4.ed. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1998.